

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

|                                                                                         |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Brasil tem gasto primário alto, malfeito e com retomo ineficaz, dizem economistas ..... | 3 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---|

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

|                                                                    |   |
|--------------------------------------------------------------------|---|
| Trump cogita dar a contribuinte parte de economia com cortes ..... | 7 |
|--------------------------------------------------------------------|---|

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

|                                                                      |   |
|----------------------------------------------------------------------|---|
| A revolução tributária e seus custos de implementação (Artigo) ..... | 9 |
|----------------------------------------------------------------------|---|

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

|                                                            |    |
|------------------------------------------------------------|----|
| limite fiscal requer bloqueio de R\$ 18,6 bi, diz IH ..... | 11 |
|------------------------------------------------------------|----|

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| "Se for provado, ele tem de ser preso" ..... | 13 |
|----------------------------------------------|----|

G1 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Trump está certo quando diz que os EUA são prejudicados no comércio exterior? ..... | 18 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

|                                             |    |
|---------------------------------------------|----|
| Custo de produção pressiona alimentos ..... | 21 |
|---------------------------------------------|----|

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Para analistas, alta de juros vai pesar sobre evolução do PIB em 2025 ..... | 23 |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

|                                                            |    |
|------------------------------------------------------------|----|
| Indústria de alimentos fatura quase 10% mais em 2024 ..... | 24 |
|------------------------------------------------------------|----|

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

|                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------|----|
| IFI: governo precisará bloquear R\$ 18,6 bi em 2025 ..... | 25 |
|-----------------------------------------------------------|----|

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| Alta de 189% do cacau deverá encarecer chocolate na Páscoa ..... | 26 |
|------------------------------------------------------------------|----|

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR ECONOMICO  
ECONOMIA

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Gastos elevados e rígidos minam eficiência do setor público no Brasil ..... | 28 |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

|                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| Lula reclama de preço de ovos e quer reunião com atacadistas ..... | 30 |
|--------------------------------------------------------------------|----|

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

|                                           |    |
|-------------------------------------------|----|
| Teremos superávit primário em 2025? ..... | 32 |
|-------------------------------------------|----|

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Inflação pressiona indústria e varejo a buscarem soluções.....                                        | 34 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                                           |    |
| Leilão do Tesouro altera curva de juros e dólar perde força.....                                      | 36 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>ECONOMIA                                                           |    |
| Lula acena com 'maior política de crédito já feita' .....                                             | 38 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR ECONOMICO<br>POLÍTICA                                                    |    |
| Reforma ministerial deve envolver troca na Saúde.....                                                 | 39 |
| CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS<br>SEGURIDADE SOCIAL                                          |    |
| Cresce o número de pessoas que esperam na fila do INSS.....                                           | 40 |
| G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL<br>SEGURIDADE SOCIAL                                                     |    |
| Trio é preso suspeito de vender dados sigilosos de órgãos públicos e autoridades na internet<br>..... | 42 |
| O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA<br>SEGURIDADE SOCIAL                                                   |    |
| Um padrão claro: o governo empurra o problema fiscal com a barriga.....                               | 43 |

# Brasil tem gasto primário alto, malfeito e com retomo ineficaz, dizem economistas

O Brasil gasta muito e mal, o que compromete a eficiência do Estado e gera insatisfação entre a população, apontam especialistas.

Ainda no passado, o país fez a opção por um tamanho de Estado maior, o que envolve ter o setor público como provedor de serviços de saúde, educação e proteção social, como Previdência e assistência social, observa Carlos Kawall, sócio proprietário da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional. "Conhecemos o paradigma dos países nórdicos, em que parcela elevada da renda é apropriada pelo Estado, que devolve em serviços. Na Europa, existe uma tradição de governos social-democratas, com proteção mais abrangente. Ou mesmo países árabes produtores de petróleo têm um excedente grande de renda e um Estado provedor", afirma Kawall.

Na América Latina, diz, o Brasil se destaca por ser um dos países com o maior nível de gasto primário e também de carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). O gasto primário do governo brasileiro representava 38,32% do PIB em 2022, de acordo com o último acompanhamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), acima de outros emergentes e pares latino-americanos como Chile, México, Argentina, África do Sul e Índia (verquadro).

O gasto primário do governo é aquele para fornecimento de serviços importantes à população, como saúde, educação e infraestrutura, mas também precisa bancar a Previdência e a máquina pública, o que, no Brasil, toma boa parte do espaço dessas despesas.

"Fizemos opções, particularmente na época da Constituição de 1988, de ter um sistema de saúde universal - que é, muitas vezes, usado como referência mundialmente e isso apareceu na pandemia -, uma **Previdência Social** mais abrangente, com a criação, depois da redemocratização, por exemplo, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família, que se juntaram a benefícios que já existiam lá de trás, como o abono salarial", diz Kawall.

Na China, nota, o déficit público hoje é elevado, o crescimento econômico está desacelerando e a dívida das províncias é alta, ao mesmo tempo em que existe uma pressão grande por parte da população para o governo chinês prover esses serviços. "Um dos

desafios da China é exatamente não ter uma rede de proteção social abrangente, sistema de saúde universal", afirma Kawall. Além disso, diz, existem outros países em que a opção foi por uma carga tributária menor e um Estado menos ativo.

"No fim, isso envolve uma opção do sistema social e político de cada país, de ir em uma direção ou outra, com maior ou menor carga tributária. No Brasil, carregamos uma despesa não só da União, mas também de Estados e municípios, bastante onerosa", afirma.

O "drama" do Brasil, segundo Kawall, é a baixa eficiência e flexibilidade desse gasto primário, frente ao tamanho do Estado. "Nossa carga tributária gira ao redor de 35% do PIB. O gasto primário é superior a isso, por isso temos déficit e uma dívida alta. Mas o que chama a atenção no caso brasileiro é a rigidez com a qual tratamos essas despesas."

É o que Kawall denomina "paradigma do gasto obrigatório constitucional", envolvendo, por exemplo, a estabilidade do servidor público, a irredutibilidade do salário nominal e a indexação de benefícios sociais. "Temos uma rigidez muito grande do ponto de vista da alocação dos recursos nessas áreas, o que gera rigidez muito grande frente ao ciclo macroeconômico, e também uma falta de parâmetros de eficiência dentro do setor público", afirma. "O tamanho do Estado foi uma opção, mas não justifica não termos flexibilidade para fazer ajustes se necessário."

Com a mudança demográfica e o envelhecimento da população, mas em ritmos diferentes pelo Brasil, o ideal, segundo Kawall, seria que os gastos mínimos com saúde e educação pudessem ser somados e alocados conforme a real necessidade de cada Estado e município.

Ao elaborar, junto com o economista Guilherme Tinoco, uma longa série histórica de dados fiscais oficiais do Brasil, Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), pondera que a despesa com pessoal não é o grande problema de eficiência do gasto público no Brasil. Enquanto a despesa primária (excluindo transferências para Estados e municípios) subiu de 13,56% do PIB em 1995 para 18,67% do PIB em 2024, os gastos com ativos (civis, militares, do

Legislativo e Judiciário) caíram de 2,63% para 1,68% do **PIB**.

"O problema do déficit público sempre existiu. Quando comecei a tratar essa questão, a palavra de ordem era que precisávamos reduzir o déficit público, mas preservando o gasto social. Hoje, isso não é mais possível. O que aumentou ao longo desses 20 anos foi o gasto social. A agenda de eficiência do gasto em um sentido mais amplo do que simplesmente a questão dos funcionários públicos passa pela palavra-chave da focalização do gasto público social, no sentido de alcançarmos os mesmo objetivos gastando menos", diz Giambiagi.

Ele aponta, por exemplo, para a necessidade de revisão do Bolsa Família, que passou de atender 13

"Agenda de eficiência passa por focalização do gasto social

Fabio Giambiagi milhões de famílias com cerca de R\$ 190 por mês, a um custo de 0,4% do **PIB**, para alcançar mais de 20 milhões de famílias, com cerca de R\$ 700 por mês e gastos que somam 1,5% do **PIB**. "Ao contrário do que acontecia com o Bolsa Família original, que era avaliado de forma unânime como positivo, porque efetivamente reduzia a pobreza com muito pouco desperdício, hoje ele está gerando uma série de distorções no mercado de trabalho. Lá atrás, o sucesso do programa era o aumento do número de participantes. Hoje, não faz sentido para um país que faça progressos, que tem desemprego baixo e cresce a uma taxa satisfatória, ter tanta gente no programa. O futuro é olhar e pensar que gostaríamos de gastar bem menos com isso", afirma Giambiagi.

O economista cita também o BPC, regido pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). "A mensagem que passa para o trabalhador é: faça chuva ou faça sol, contribua ou não [para a Previdência], aos 65 anos você vai receber um salário mínimo. Por que alguém que já ganha ao redor disso vai contribuir ao longo da vida? Ninguém defende o fim do Loas, mas, em vez de ter na prateleira social um programa de aposentadoria e um as-sistencial, o Brasil meio que fundiu isso", diz Giambiagi.

Ele observa ainda que, desde que o BPC-Loas surgiu, a idade de acesso ao benefício caiu de 70 para

65 anos, enquanto a perspectiva de sobrevivência do brasileiro subiu em outros quase cinco anos no período. Além disso, o benefício está atrelado ao salário mínimo, que voltou a ter uma regra de reajuste real. "O resultado é que, se antes gastava-se 0,1% do **PIB** com Loas, hoje está em 1%. Em algum momento, vamos ter de colocar um limite nisso", afirma.

Os especialistas apontam ainda para problemas no seguro-clesem-prego, que, no Brasil, tende a subir exatamente quando o mercado de trabalho está mais aquecido, contrariando a lógica de desenho do programa. "É óbvio que tem de ter seguro-desemprego, mas se você diz para o trabalhador que na primeira ou na quinta vez em que ele acessar o benefício vai receber o mesmo número de parcelas... Precisamos prestar atenção nos incentivos", alerta Giambiagi.

Outro ponto de crítica em comum é o caso do abono salarial, que, segundo Giambiagi, não cumpre nenhuma das funções esperadas de um gasto social. "Não reduz a miséria nem a informalidade, porque quem recebe é o trabalhador formal; não aumenta o emprego, porque, por definição, para receber o benefício, ele tem de estar empregado."

Mudanças em alguns desses gastos chegaram a ser aventadas no pacote fiscal apresentado pelo governo no fim de 2024, mas acabaram ficando de lado, lembram economistas. "O governo disse que ia, mas não foi. Por enquanto, continua sendo uma agenda sem perspectiva", diz Giambiagi.

Para a economista Elena Landau, a combinação de problemas de alocação de recursos, a falta de avaliação dos programas e certa ideologia gera uma "tempestade perfeita". "No Brasil, temos pouca

cultura de avaliação de política pública, que é um instrumento fundamental para melhorar a eficiência do Estado. Então, acabam repetindo coisas que já deram errado por ideologia ou teimosia", diz. "E, quando temos governos que acreditam na intervenção do Estado de qualquer forma e no impulso fiscal, como o atual, há a ideia de que não precisa nem avaliar, porque o importante é dar o dinheiro para as pessoas investirem", afirma.

Landau critica, por exemplo, os subsídios à Zona Franca de Manaus. "Para mim, é o maior desperdício de recurso público do Brasil. São dezenas de bilhões para o que foi pensado como um polo de desenvolvimento eletrônico e científico que não existe mais, virou um centro de montagem. Não tem incentivo à indústria local, não gera ganhos de produtividade para a região, pelo contrário, e cria custos de logística", afirma.

Ela menciona também políticas que foram criadas sob o argumento de ajudar pequenas e médias empresas, como o Simples Nacional e a figura do MEI (Microempreendedor Individual). "Foram sendo criados "puxadinhos" que, de alguma forma, são planejamento tributário e que não têm impacto na

economia. São gastos tributários, que é onde "vaza" muita renúncia fiscal, no sentido de abrir mão de recursos do Estado, e que não têm avaliação", diz.

Ela cita também políticas assistencialistas que não preveem capacitação e saídas profissionais dos beneficiários dos programas e iniciativas como o Nova Indústria Brasil, lançado pelo governo no início do ano passado.

"Não estou falando que não tem de ter indústria, claro que tem. Mas fazem uma política velha, antiga, sem balizamento. A indústria automobilística tem incentivos, proteção tarifária e não vemos uma melhoria dos automóveis brasileiros. Há, inclusive, uma dificuldade de importar carro elétrico", diz.

Mesmo onde a atuação do Estado é fundamental, aponta Landau, falta avaliação. "Agências reguladoras, por exemplo, têm de fazer análise de impacto regulatório prévio, mas raras vezes isso acontece", afirma. O Sistema Único de Saúde (SUS) - uma conquista do Brasil, segundo Landau - precisaria de um "choque de gestão", diz, "mas não se consegue pensar em uma administração que não seja exclusivamente estatal, de cargos públicos nos hospitais, e isso acaba tornando o gasto fundamental em saúde menos eficiente", afirma.

O resultado, diz Landau, é a percepção de muitos brasileiros de que pagam **impostos** e não recebem retorno. "A sensação é que os serviços públicos não têm qualidade e existe uma elite, em espaços variados, encastelada que não olha para isso. Mas eu acho que a paciência da população chegou ao limite", afirma. "O cerne não é tanto a presença do Estado, mas a falta de avaliação do que se faz com 35% [do **PIB**] de **impostos** arrecadados."

Ter uma "pauta forte" de avaliação de políticas públicas "incomoda muita gente", diz Landau. "Alguns projetos têm patronos, tanto no Executivo quanto no Legislativo e, às vezes, no Judiciário, que não deixam projetos que precisam ser interrompidos serem", afirma. "O Legislativo acaba de braços dados com o Executivo em projetos que simplesmente gastam dinheiro. As emendas impositivas, as "emendas pix", por exemplo, não temos a menor noção de como elas estão sendo usadas e da efetividade dessa quantidade de dinheiro que está saindo no Orçamento", exemplifica Landau.

Ela reconhece que mudar essa "cultura" da falta de avaliação das políticas não é fácil. "É difícil, não é de uma hora para a outra. Não é chegar agora e falar que vai acabar com o BPC", diz, acrescentando que mudanças também são necessárias nas camadas de cima da sociedade.

Giambiagi - que gosta ainda dos temas políticos e acaba de lançar o livro "A Vingança de Tocqueville" (ed. Alta Cult) - também reconhece que a agenda de revisão do gasto primário é "indigesta". "Por que existe o abono salarial? A única resposta lógica é que ele existe porque já existia. No embate ideológico, se um governante coloca isso em pauta, a oposição vai dizer que é insensibilidade. Mas temos de ter uma avaliação realista de um quadro de dificuldades. O Brasil tem um déficit público [nominal] de 9% do **PIB** e isso é uma aberração. Outros países, como os Estados Unidos, também estão com déficit elevado, mas nós não emitimos dólares. Então, temos de reduzir. Não precisa ser a zero e nem de um ano para o outro, mas algo entre 2% e 4% do **PIB** seria um parâmetro mais equilibrado", afirma.

Uma das consequências de um Estado grande e com gastos primários pouco flexíveis é que o espaço que sobra para investimentos públicos é residual, observa Kwall. "Quando se fala em despesa discricionária [não obrigatória] do governo, o grosso é investimento, mas não é mais, porque nem dá mais para ser. A consequência de todo esse modelo no Brasil é que o Estado não poupa e o investimento é baixo. É um modelo que, desse ponto de vista, fracassou", afirma.

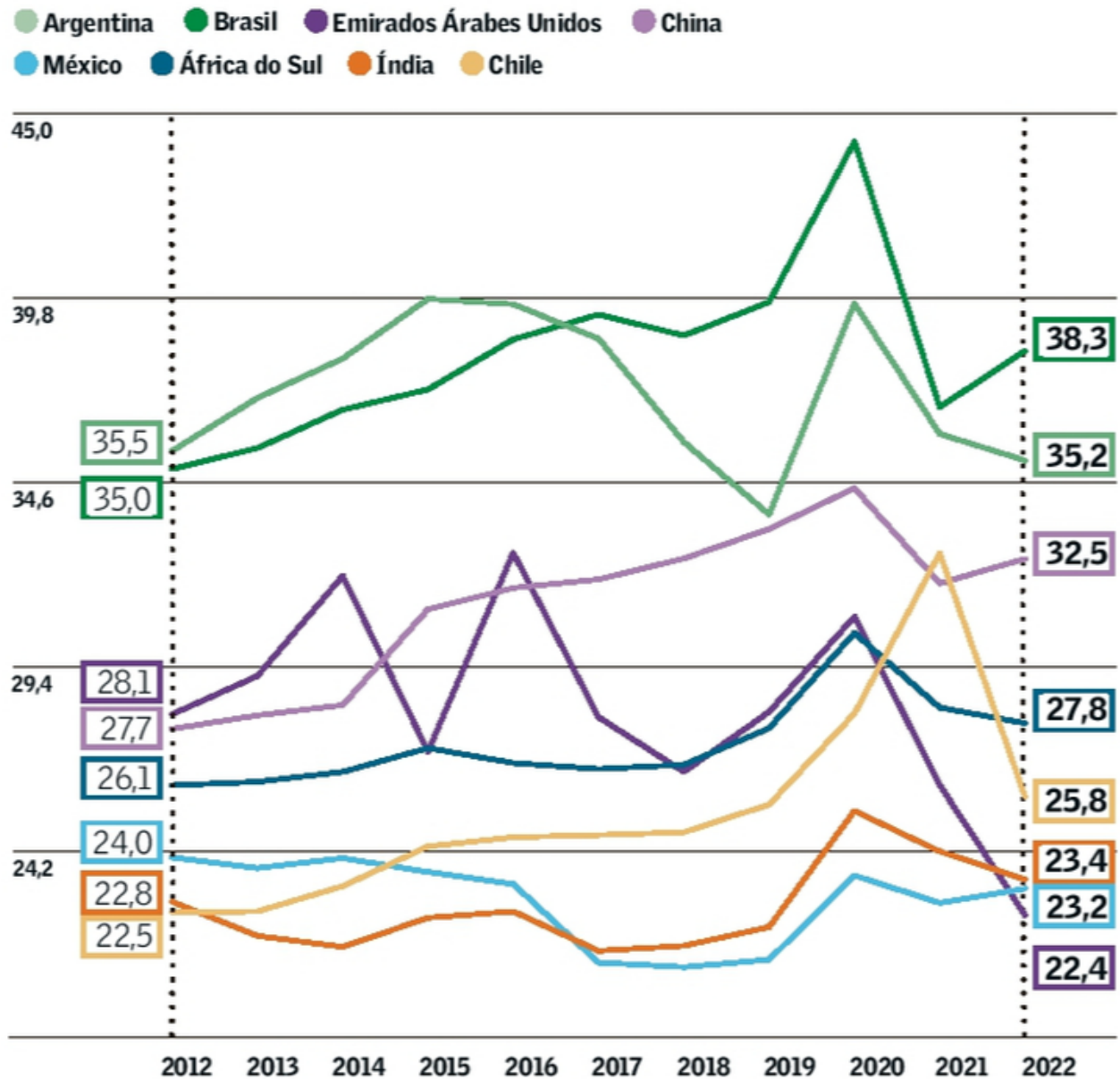
Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não comentaram os temas debatidos. Este texto integra a série de reportagens do Valor sobre a eficiência do Estado.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>

## Acima dos pares

Gasto primário do governo, de países emergentes selecionados (% do PIB)



Fonte: FMI

# Trump cogita dar a contribuinte parte de economia com cortes

O presidente dos EUA, Donald Trump, sugere que pode distribuir diretamente entre os contribuintes americanos parte dos valores poupados pelo corte de gastos do governo federal, supervisionado pelo bilionário Elon Musk. "Está até em estudo um novo conceito em que daremos 20% da economia do Doge (o Departamento de Eficiência Governamental, liderado por Musk) aos cidadãos americanos, e 20% vão para pagar dívidas do governo", disse Trump.

A ideia de Trump tinha sido proposta anteriormente por Musk, que estava presente na conferência. Musk respondeu esta semana a uma postagem em sua rede social X, afirmando que o "dividendo do Doge" deve render um cheque de restituição de **impostos** de US\$ 5.000 enviado às famílias dos contribuintes.

Trump também disse que o possível pagamento de dividendos incentivaria as pessoas a relatar gastos desnecessários. "Eles mesmos estarão relatando", disse Trump. "Eles participam do processo de economizar dinheiro para nós."

Mais tarde, enquanto voava de volta da Flórida para Washington a bordo do Air Force One - o avião presidencial - um repórter perguntou a ele sobre o plano sugerido inicialmente por Musk. "Eu adoro isso", disse aos jornalistas.

Os comentários são o sinal mais recente de que Trump está trabalhando para justificar a iniciativa de criar o Doge - que tem causado grande repercussão em Washington, enquanto as medidas de Musk para reduzir os gastos e o quadro de funcionários do governo federal enfrentam desafios legais e questionamentos sobre a legitimidade e o alcance do programa.

Os críticos afirmam que o estilo radical de cancelamento de contratos e demissões de servidores poderá comprometer serviços fundamentais do governo, sem necessariamente gerar economias significativas do ponto de vista fiscal no longo prazo. Além disso, Trump e Musk têm repetidamente exagerado o valor das economias obtidas, levantando dúvidas sobre a viabilidade de atingir as metas ambiciosas de corte de gastos.

Embora a Casa Branca tenha anunciado que o departamento de Trump tenha gerado US\$ 55 bilhões

em economia até agora, documentos detalhados divulgados

pelo grupo sugerem que a economia real é de apenas uma fração desse valor. Se o governo enviasse 20% de cerca de US\$ 8,6 bilhões de economia efetiva e comprovada que o grupo de Musk listou até agora, cada contribuinte receberia não mais do que US\$ 11.

Cerca de 75 mil **servidores públicos** federais aceitaram a oferta demissão voluntária, segundo Trump, para que se chegasse a essa economia efetiva - o que os analistas veem como uma ameaça para a qualidade dos serviços. Trump e Musk argumentam que os cortes drásticos são necessários em razão do tamanho do endividamento do país.

Os EUA registraram um déficit de US\$ 1,8 trilhão no último ano fiscal e esses déficits caminham para aumentar na próxima década, contribuindo para elevar ainda mais a dívida pública. Os EUA te-riam de eliminar esses déficits orçamentários antes mesmo de começarem a reduzir sua dívida total de US\$29 trilhões.

O discurso de Trump foi feito na conferência do Future Investment Initiative Institute, na Flórida, que atraiu membros da elite empresarial, a quem ele apresentou sua visão de uma nação revitalizada por suas políticas econômicas. Entre os participantes da conferência estavam Robert Smith da Vista Equity Partners, Josh Harris da 26North Partners, o fundador da WeWork, Adam Neumann, e o enviado para o Oriente Médio e investidor imobiliário Steve Witkoff.

"Os EUA estão de volta a abertos para os negócios", disse Trump. "Os motores econômicos voltaram à vida com força em um período de tempo muito curto."

Trump também alertou empresários que operam companhias estrangeiras para a chegada de novas tarifas e disse que "provavelmente" vai impor **tributos** sobre a madeira, além dos já anunciados para semicondutores e produtos farmacêuticos. Mais tarde, Trump disse que está considerando uma tarifa de 25% sobre a madeira, com entrada em vigor em 2 de abril.

No início da semana, Trump sugeriu que estava considerando uma tarifa de 25% sobre setores estratégicos, a ser aplicada além do regime de tarifas

recíprocas já anunciado. Esse regime é baseado nas tarifas e barreiras não tarifárias que outros países impõem às exportações dos EUA. "Se eles não fazem seus produtos nos EUA, então eles simplesmente precisam pagar uma tarifa", disse o presidente.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>**

# A revolução tributária e seus custos de implementação (Artigo)

*Por Alessandro Borges*

Parodiando a frase de um famoso personagem fictício, definitivamente pode-se olhar para o atual momento da seara tributária brasileira e concluir pela aplicação da seguinte máxima: "com grandes mudanças vem grandes responsabilidades e grandes custos".

Após quase uma década de produção legislativa um tanto quanto tímida e errática em termos de regras e modelos de tributação, passamos por um momento ímpar de inovações e quebra de paradigmas.

Durante o ano de 2023, o turbilhão legislativo teve seu início, com a nova legislação de preços de transferência, a alteração do tratamento tributário das subvenções, o novo regime de tributação de ativos no exterior e fundos de investimento, além obviamente da Emenda Constitucional (EC) nº 132.

O ano de 2025 e certamente os próximos serão extremamente desafiadores aos conglomerados empresariais de todos os níveis, seja por conta da necessidade de compreensão e implementação da **reforma tributária** sobre o consumo, concretizada em boa parte de seus aspectos gerais pela recém publicada Lei Complementar nº 214, mas que ainda será incensada por resoluções senatoriais, leis complementares e ordinárias, regulamentos e demais atos infralegais necessários a sua plenitude operacional, muitos destes a serem emitidos por um novo órgão suprafederativo (Comitê Gesto do IBS).

Há também projeções para apresentação e possível votação neste ano de projetos relacionados às reformas da tributação da renda, bem como da folha de salários, até por conta de determinação constitucional ainda não cumprida.

Nesse novo e intenso cotidiano, a título de seus custos associados pode-se citar, exemplificativamente, a implantação do novo modelo de preços de transferência (padrão OCDE) introduzido pela Lei nº 14.596 e regulamentado pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 2.161/2023, ainda com muitas lacunas, demandando intensas pesquisas e trabalhos de análise para aplicação de suas metodologias de apuração, não só por meio dos esforços internos das companhias, mas também pela contratação de robustas assessorias especializadas, em face da

gama de informações e documentação suporte necessárias à mensuração de riscos, ativos e funções nas transações com partes relacionadas para futura apresentação em procedimentos fiscalizatórios, que se baseada na experiência internacional tende a gerar um mar de litígios, em face de sua subjetividade.

Ainda na balada do direito tributário internacional, eis que surge a introdução parcial no Brasil no Pillar 2 (Imposto Mínimo Global de 15%) por meio da Lei nº 15.079 e sua controversa e extremamente complexa regulamentação por delegação legislativa através IN RFB nº 2.228. Diz-se parcial pois por momento ela versou sobre um adicional da CSLL, apenas a título da regra GloBE denominada QDMTT, mais voltada aos resultados nacionais de entidades locais controladas por entidades estrangeiras.

Nesta mesma legislação foi determinado ao Poder Executivo a apresentação durante o primeiro semestre deste ano de proposta legislativa para reforma das regras brasileira de TBU com vistas a introduzir uma segunda regra GloBE conhecida como IIR (Income Include Rule), cujo escopo é direcionado à captura no Brasil de resultados auferidos no exterior em investimentos detidos por multinacionais brasileiras, cuja tributação efetiva de Imposto de Renda Corporativo na jurisdição de origem tenha se mostrado inferior a 15%, com base no famigerado resultado GloBE, que não é nem o lucro contábil nem o lucro real.

Portanto, mais novos e pesados custos de investimento para se adaptar a mais essa exigência global.

De outra feita tem-se ainda inúmeros projetos em via final de tramitação legislativa como o PL nº 15/2024 que visa instituir programas de conformidade tributária e **aduaneira**, dispor sobre o conceito de devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.

Sem dúvidas, todos os movimentos aqui destacados têm por objetivo a modernização, simplificação e racionalização das práticas relacionadas a apuração de **tributos** ou a proteção da arrecadação nacional, que inegavelmente são valores a serem buscados em prol da tão almejada justiça tributária.

A questão aqui não é discutir o conteúdo de todas essas alterações e suas premências, mas como as empresas conseguirão lidar com elas em um espaço de reduzido, tendo de arcar com consideráveis ônus sistêmicos, de treinamento e compliance.

Neste contexto, há por exemplo mudanças que apesar de desenvolvidas para atuar como ferramenta no combate à sonegação fiscal, como o tão comentado "split payment", terão efeitos em outras frentes, alterando até mesmo a forma de como os players realizarão seus negócios em termos de prazo de pagamento ou exigências de adimplência tributária por parte de seus fornecedores, afinal nos novos IBS e CBS as operações serão tributadas por regime de competência, mas o direito a crédito para o alcance da neutralidade tributária almejada para sistema de IVA se realizará apenas com base em suas efetivas liquidações.

Não há como negar que mudanças disruptivas como as aqui brevemente apontadas, apesar de necessárias para tirar o Brasil da obsolescência que permeia parte de sua legislação, podem não só trazer um pesado custo de adaptação ao meio empresarial, como também gerar futuras contendas com os Fiscos justamente pela não homogeneidade dos contribuintes alcançados pelas novas normas e as costumeiras assimetrias interpretativas na aplicação dos novos scripts tributários.

Alessandro Borges é sócio da área tributária do escritório Benício Advogados

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# limite fiscal requer bloqueio de R\$ 18,6 bi, diz IH

O governo federal precisará bloquear R\$ 18,6 bilhões e ter empenhamento de recursos de R\$ 15,7 bilhões neste ano para cumprir o limite de gastos, calcula a Instituição Fiscal Independente (IFI). No entanto, para cumprir a meta de resultado primário, dentro do intervalo de tolerância, não precisará fazer contingenciamento, outro tipo de contenção de despesas.

No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro divulgado nesta quinta-feira, 20, a IFI projeta déficit primário de R\$ 71 bilhões para o governo federal neste ano, o equivalente a 0,56 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**). O montante já leva em conta os R\$ 44 bi-

lhões (0,35 ponto do **PIB**) referentes a precatórios, que não entram no cálculo da meta. Descontados esses recursos, a projeção cai para R\$ 26,9 bilhões (0,21 ponto). A meta para este ano é de déficit zero, com intervalo de tolerância de R\$ 30,9 bilhões (0,25 ponto) para cima ou para baixo.

Assim, a IFI diz que em seu cenário atual "não haverá necessidade de contingenciamento em 2025", referindo-se ao congelamento de recursos usado pela União para cumprir a meta. Isso "mesmo diante" do fato de o parecer da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 prever R\$ 52,5 bilhões a mais em receitas para o governo federal do que o calculado pela própria IFI.

A instituição projeta que será "necessário um bloqueio de R\$ 18,6 bilhões", referindo-se ao congelamento de recursos usado para cumprir o limite de gastos para a União imposto pelo arcabouço fiscal. Além disso, afirma que será preciso que o empenhamento de recursos alcance R\$ 15,7 bilhões.

Os recursos empenhados são os que ministérios e órgãos federais têm autorização para gastar, mas que por questões burocráticas ligadas ao trâmite do Orçamento, por exemplo, não foram efetiva-

"Ninguém tem mais responsabilidade de fazer as coisas corretas do que eu" Lula

mente gastos. O empenhamento aumenta o resultado primário do governo. No ano passado, essa rubrica ficou em R\$ 12,5 bilhões.

No RAF, a IFI ainda afirma que as despesas primárias fora do Orçamento deste ano somam R\$ 20,5 bilhões. Dessa quantia, R\$ 12,5 bilhões estão ligados ao programa Pé-de-Meia e R\$8 bilhões estão ligados ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF).

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o governo federal a pagar neste momento o Pé-de-Meia por meio de fundos, fora do Orçamento. Mas determinou que o Executivo tome providências para incluir o programa dentro do Orçamento ainda neste ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na ocasião que o governo encaminhará para o Congresso um projeto de lei no prazo de 120 dias, dado pelo TCU, para tratar do assunto.

Já o FCBF foi criado durante a **reforma tributária** sobre consumo de forma a mitigar os impactos das mudanças para empresas que se beneficiam de incentivos fiscais alterados ou extintos. O fundo receberá aportes anuais até 2032.

Em entrevista concedida também ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chamou de "bobagem" os debates sobre o déficit fiscal do país. Na avaliação de Lula, quem fala desse assunto está "querendo viver de especulação". Ele defendeu, neste sentido, que nenhum presidente da República teve mais responsabilidade fiscal do que ele próprio.

"Isso é uma bobagem. O déficit fiscal foi zero [em 2024], ninguém tem mais responsabilidade de fazer as coisas corretas do que eu", disse em entrevista à Rádio Tupi FM, do Rio de Janeiro.

Desde o início do terceiro mandato, sinalizações do próprio governo levaram a questionamentos sobre a sustentabilidade das contas públicas. No ano passado, o governo enviou e o Congresso aprovou um pacote de contenção de gastos, mas alguns analistas consideram as medidas insuficientes para estabilizar a dívida pública.

Ainda sobre a questão fiscal, Lula saiu em defesa do ministro da Fazenda e disse que seu governo não vai "sacrificar" os mais pobres. "Se tem alguém que quer cuidar da economia é o Fernando Haddad, mas não

vamos fazer o povo pobre se sacrificar", emendou.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>**

# "Se for provado, ele tem de ser preso"

**RAFAELA GONÇALVES E VICTOR CORREIA**

Ponto a Ponto | LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA | PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disparou ataques ao ex-presidente Jair Bolsonaro e ao Projeto de Lei (PL) da Anistia para os golpistas do 8 de Janeiro. Na avaliação do chefe do Executivo, ao pleitear o perdão antes mesmo da condenação, o opositor prova que cometeu crime.

"Quando o ex-presidente fica pedindo anistia, ele está provando que é culpado, que cometeu um crime. Ele deveria estar falando: eu vou provar a minha inocência.

Mas ele está pedindo anistia", argumentou Lula, em entrevista à Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, emissora dos Diários Associados.

Em tom duro, o presidente disse considerar "muito grave" a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Bolsonaro e 33 de seus aliados - a maioria, militares - por liderar uma tentativa de golpe de Estado.

Para a PGR, Bolsonaro e aliados, como o tenente-coronel Mauro Cid, o general Braga Netto e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres conspiraram para desacreditar as urnas eletrônicas, interferir nas eleições e, após o resultado, tentar impedir a posse de Lula. Segundo a denúncia, o então chefe do Executivo estava ciente, ainda, do plano para matar o petista, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), articulado por militares das Forças Especiais do Exército.

Para Lula, caso os denunciados sejam condenados, merecem "uma boa cela e um tratamento com respeito aos direitos humanos".

Outro tema tratado na entrevista foi o da segurança pública, que afeta especialmente o Rio de Janeiro - sede da rádio.

Questionado, Lula afirmou que o problema da segurança afeta todos os estados e que quer aumentar a participação do governo federal no tema. Ele lembrou que, de acordo com a Constituição, a responsabilidade pela segurança é das unidades da Federação. O Executivo federal preparou uma

proposta de emenda à Constituição (PEC) para o setor.

Conforme destacou Lula, a PEC foi discutida com os governadores, e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, está fazendo alterações no texto para amenizar a rejeição dos estados, especialmente dos administrados pela oposição. Ele ainda negou a possibilidade de decretar Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) para reforçar a segurança dos estados.

"A GLO para o Rio de Janeiro gastou mais de R\$ 2 bilhões e não resolveu quase nada", argumentou, citando a medida assinada, em 2017, pelo então presidente Michel **Temer** (MDB).

Questionado sobre o prazo para a aprovação da PEC - que aumenta as competências do governo federal na segurança, oficializa o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e aumenta os poderes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) -, disse que quer a medida aprovada o mais rapidamente possível, mas que depende dos parlamentares.

Carestia

Em meio aos esforços para tentar aliviar o peso dos alimentos no orçamento das famílias, o presidente destacou que o governo "não consegue controlar" os preços dos alimentos "do dia para a noite".

Ele culpou a alta demanda por exportações pelo alto preço e reafirmou o compromisso de se reunir com atacadistas na tentativa de baixar os valores.

Segundo ele, o Brasil virou o "supermercado do mundo" e é preciso discutir com os empresários para que exportem sem "faltar" para o povo brasileiro. Lula ainda mencionou que a cesta básica de alimentos será isenta de **impostos**, por meio da **reforma tributária**.

O chefe do Executivo também comentou sobre a proposta de renegociação da dívida dos estados com a União, rejeitada pelo governador Cláudio Castro. O petista disse ter certeza de que o gestor estadual vai, eventualmente, aceitar a proposta, assim como outros opositores. Segundo Lula, a dívida do estado está em R\$ 218 bilhões.

Castro criticou vetos do presidente ao projeto aprovado no Congresso, como a permissão para estados acumularem os benefícios do acordo e do

Regime de Recuperação Fiscal e o uso de verbas do novo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, criado pela **reforma tributária**, para o abatimento das dívidas. Os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também dispararam críticas à proposta.

Hoje, o presidente estará no Rio de Janeiro, onde participa, em Itaguaí, da concessão de um terminal no porto da cidade e do anúncio de recursos do Fundo da Marinha Mercante.

#### Mais crédito

Na entrevista, Lula voltou a dizer que o governo está preparando o lançamento de três medidas de acesso ao crédito, que devem beneficiar os pequenos e médios empreendedores, mas não deu detalhes.

O governo pretende liberar uma nova modalidade de crédito consignado para trabalhadores do setor privado no próximo mês, com o objetivo de ampliar o acesso à carteira. A equipe econômica trabalha para lançar a nova modalidade na primeira quinzena de março.

Ele também reclamou de ministros que "falam demais", mencionando informações vazadas nas discussões em curso sobre **reforma ministerial**, e sustentou que a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, tem o direito de dar palpites em suas decisões. Ela vem sendo alvo de críticas até de aliados pela influência nos rumos do governo.

O chefe do Executivo voltou a criticar a taxação em massa imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil e a outros países, e prometeu baixar o preço dos alimentos. Confira os principais trechos da entrevista:

#### Denúncia contra Bolsonaro

"O que eu vi, pela denúncia publicada ontem (quarta-feira), é que é muito grave. Outro dia, eu estava dizendo que o Partido Comunista Brasileiro foi perseguido durante quase 50 anos sem ter feito 10% do que a equipe do ex-presidente tentou fazer neste país. Se for provada a denúncia feita pelo procurador-geral - da tentativa de golpe, da participação do ex-presidente, do primeiro escalão dele na tentativa de morte de um ministro da suprema corte eleitoral, da tentativa de assassinato de um presidente da República e do vice-presidente -, é extremamente grave."

#### Prisão do ex-presidente

"Eu tenho certeza de que, se for provado, ele

(Bolsonaro) só tem uma saída: ser preso. Ele é quem participou dessa quadrilha que estava, não tentando governar, mas tentando tomar conta do país como se fosse propriedade privada. Obviamente, acho que eles terão direito de se defender, de dizer que é mentira, mas, se for provado, não tem outra solução, senão ser condenado."

#### PL da Anistia

"O engraçado é que essas pessoas estão se autocondenando, quando pedem anistia antes de serem julgadas. Primeira coisa que eles têm de fazer é defender a inocência deles. Nem foram julgados e estão pedindo anistia, ou seja, estão dizendo que são culpados. Eles terão de ser julgados, e depois de condenados é que se pode discutir o que fazer com eles: uma boa cela e um tratamento com muito respeito aos direitos humanos. É o que merecem, se forem considerados culpados."

#### Pressão de Bolsonaro

"Quando o ex-presidente fica pedindo anistia, ele está provando que é culpado. Ele está provando que cometeu um crime. Ele deveria estar falando: 'Eu vou provar a minha inocência'. Mas ele está pedindo anistia. Ele (Bolsonaro) está dizendo: 'Gente, eu sou culpado. Eu tentei bolar um plano para matar o Lula, para matar o Alckmin, para matar o Alexandre de Moraes, não deu certo, porque eu tive uma diarreia no dia, fiquei com medo. Tive de voar antecipadamente para os Estados Unidos, para não ficar com vergonha de dar posse para o meu adversário, então, por favor, me perdoe, antes de eu ser condenado'. Não. Você vai conhecer que, neste país, a lei é verdadeiramente para todos. Todo mundo neste país tem o direito de provar a inocência, e ele tem esse direito. Prove. Porque ele age como se fosse o dono: 'Se eu não puder fazer uma coisa, vai ser minha mulher que vai fazer; se eu não puder, será meu filho; se eu não puder, vai ser meu neto, como se fosse uma monarquia. Ele quer a família governando este país. Ora, ele tem de se mancar."

Isso aqui é uma República Democrática.

Isso aqui tem eleição.

Este 2025 é o ano em que a verdade tem de derrotar a mentira."

#### Queda na popularidade

"Eu estou muito satisfeito com as coisas que estão acontecendo no Brasil, e, pode ficar certo, 2025 será o grande ano deste meu terceiro mandato."

## Preço dos alimentos

"É importante lembrar que a gente vem de momentos muito cruciais no Brasil, muito sol, o maior calor já feito na história deste país, muito fogo, e depois, em alguns lugares, muita chuva, como no Rio Grande do Sul. Tudo isso tem interferência nos preços.

Tivemos a gripe aviária nos Estados Unidos e em outros países, e os Estados Unidos viraram importador de ovo brasileiro, o Vietnã, o Japão, ou seja, nós estamos exportando, o Brasil virou quase que um supermercado do mundo. Nós queremos discutir com os empresários que queremos que eles exportem, mas não pode faltar para o povo brasileiro. Eu sei que o ovo está caro. Quando me disseram que está R\$ 40, a caixa com 30 ovos, é um absurdo mesmo. Vamos ter de fazer uma reunião com os atacadistas para saber como podemos trazer isso para baixo. O fato de você estar vendendo o produto em dólar, que está alto, não significa que você tenha de colocar, no preço do brasileiro, o mesmo preço que você exporta. Essa é uma discussão. Da mesma forma, o óleo de soja, a carne."

## Cesta básica

"A carne começou a cair, e está certo de que vai cair, e o povo vai voltar a comer sua picanha, a sua costela ou outro pedaço de carne que ele deseja. E nós queremos baixar todo alimento porque, para nós, na **reforma tributária**, a cesta básica é totalmente isenta de qualquer imposto, inclusive a carne, e nós fizemos isso para baratear. Agora, quando você tem momentos como este que nós estamos vivendo, você não pode controlar do dia para a noite, mas o povo do Brasil pode ter certeza: nós vamos trazer os preços para baixo, e as coisas ficarão mais acessíveis, porque, se tem uma coisa que nós temos que cuidar com muito amor é da segurança alimentar."

## Assim como Getúlio

"Fui o único presidente na história do Brasil que, quando terminou o meu mandato, em 2010, fui ao cartório e registrei todas as coisas que foram feitas neste país, e foi distribuído para cada universidade o material, porque, normalmente, os presidentes passam pelo governo e não fazem nada. Se analisar bem a história do Brasil, vai detectar que houve dois momentos, desde a proclamação da República, que houve política de inclusão social: um, foi o Getúlio (Vargas), com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e com o salário mínimo; e o outro, fomos nós. Não teve, fora de nós e do Getúlio, nenhum político que fez política de inclusão social.

Recentemente, o salário mínimo ficou sete anos sem

reajuste; a merenda escolar, sete anos.

É uma coisa absurda o dinheiro para a bolsa de estudo (ficar) sete anos sem reajuste. Essa vergonha de você subir um degrau na escala social e depois cair quatro é uma coisa habitual no Brasil, e eu não vou deixar."

## Pé de meia

"Este ano, vamos colher mais do que colhemos entre 2008 e 2010, e vamos colher porque passamos dois anos plantando neste país. Esse Pé de meia é uma revolução na educação, porque nós descobrimos que meio milhão de jovens desistiam do ensino médio porque tinham que ajudar no orçamento familiar. Então, nós resolvemos criar uma poupança para esse jovem. Damos R\$ 200 por mês, depositados na conta dele, e ao final do ano, damos R\$ 1 mil. Quando chegar ao final do curso, se ele não gastou o dinheiro, tem R\$ 9 mil para começar a vida. Se não investirmos nos jovens quando eles precisam, vamos precisar investir no combate ao crime organizado, na construção de cadeias. Eu preferi investir em sala de aula."

## Política de crédito

"Eu ainda tenho três coisas para anunciar ao povo brasileiro: temos três políticas de crédito para favorecer o pequeno empreendedor, o médio empreendedor e o pequeno empresário.

Será a maior política de crédito já feita neste país. Na minha opinião, o dinheiro tem que circular na mão do povo trabalhador, da classe humilde, da classe média e do pequeno empreendedor.

O dinheiro circulando vai gerar crescimento, desenvolvimento, mais emprego e mais salário.

Muito dinheiro na mão de poucos dá concentração de miséria.

Pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de riqueza e é isso que nós vamos fazer. Eu tenho três coisas para anunciar, e, em breve, vocês saberão."

## Gastos do governo

"Essa é uma bobagem. Ouvimos este ano inteiro a discussão 'deficit fiscal', 'deficit fiscal', 'o governo está gastando muito'.

O que aconteceu no final do ano? O deficit fiscal foi zero. Ninguém tem mais responsabilidade de fazer as coisas acontecerem de forma correta do que eu.

Apreendi economia com uma mulher analfabeta. E ela falava 'meu filho, você não pode gastar o que não tem'. Na Presidência da República é a mesma coisa, não pode gastar o que não tem. Só pode se endividar para fazer um ativo que vai melhorar a vida do povo brasileiro. Não estou governando pela primeira vez. Quando vejo alguns setores, alguns especialistas falando de deficit fiscal, de gastos do governo, ele está sendo irresponsável, possivelmente, queira viver de especulação. Não vamos permitir. Se tem alguém que quer cuidar corretamente da economia é o ministro Fernando Haddad, se tem uma pessoa que quer cuidar do deficit fiscal zero, sou eu. Mas a gente não vai ser irresponsável de fazer o povo pobre se sacrificar, quem já é prejudicado historicamente na vida."

### **Reforma ministerial**

"Muita gente fala em **reforma política**, sem eu falar, fala em **reforma ministerial**, sem eu falar. Como eu sou um democrata, eu aceito que todo mundo dê palpite sobre tudo. Agora, as decisões, sou eu que tomo, a hora que eu tiver que mudar alguém, eu vou mudar alguém. Isso é como o técnico do Flamengo, ou seja, o técnico tira o jogador que ele quer, na hora que ele quiser. Não é a torcida que exige que ele tire."

### **PEC da Segurança**

"Ao aprovar a PEC, a gente vai poder ajustar do ponto de vista da contribuição financeira, da criação do fundo, da ação da Polícia Federal (PF), da ação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), e, aí sim, nós vamos ter legalmente oficializada a participação do governo na ajuda aos estados para poder combater a violência."

### **Participação da União**

"Nós queremos ter uma participação mais efetiva, e mais forte, na segurança de cada estado."

Muitas vezes, os governadores não querem, porque a polícia é um pedaço do poder do estado. De vez em quando, eles pedem que eu faça uma GLO, mas eu não vou fazer GLO. A GLO para o Rio de Janeiro gastou mais de R\$ 2 bilhões e não resolveu quase nada." Aprovação da proposta "O tempo é o tempo do Congresso Nacional. O que nós queremos é muita rapidez, porque a violência à qual o povo do Rio está submetido, não dá para esperar."

### **Dívida do Rio**

"Se os governadores assinarem o acordo, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, eu acho que vai ser bom para todos os estados e vai ser bom para o

Rio de Janeiro. Eu não sei se o governador (Castro) vai amanhã (hoje) a Itaguaí. Ele, no começo, disse que não tinha aceitado, que ia entrar na Justiça, mas eu acho que seria bom para o Rio de Janeiro ele concordar com o acordo. São Paulo está concordando."

Minas Gerais fala, mas também está concordando, e eu tenho certeza de que o governador Cláudio Castro vai concordar, porque o acordo é bom."

Não para o governo federal. Para o governo federal, o acordo não é bom. Ele é bom para o Rio de Janeiro."

### **Relação Brasil-EUA**

"Nós não temos dependência dos Estados Unidos como tivemos há 20, 30 anos. Temos uma relação comercial e diplomática muito equilibrada. O que queremos, de verdade, é que Trump governe os Estados Unidos e pare com essa história de protecionismo."

Eu gostaria que o presidente Trump levasse em conta que é preciso respeitar a soberania de cada país, porque isso significa fortalecer a democracia. Do jeito que ele está fazendo, está tentando ser o imperador do mundo, tentando dar palpite em todos os países, em todas as políticas públicas, contra imigrantes."

Os imigrantes que estão nos Estados Unidos foram para lá, muitas vezes, para trabalhar em profissões que os americanos já não queriam mais. O que nós queremos é que se respeite as regras da democracia, a ONU (Organização das Nações Unidas), a Organização Mundial do Comércio (OMC). E que a gente faça uma relação comercial sem sobressalto."

Se, por acaso, o presidente Trump taxar os produtos brasileiros, haverá reciprocidade do Brasil, não tem outra alternativa. Isso vai encarecer os produtos para todo mundo, pode aumentar a **inflação** em todo o mundo. Então, não é correto o que ele está fazendo. É muita ameaça, todo santo dia, para muitos países."

### **Críticas a Janja**

"Sinceramente, eu acho graça quando eu ouço dizer: 'Ah, porque a Janja dá palpite na vida do Lula'. A coisa gostosa que tem na minha relação com a Janja é que ela dá palpite na minha vida. Ela cuida de mim de uma forma muito especial, isso não me incomoda, isso me ajuda. Se os ministros falam demais, isso é prejudicial aos próprios ministros."

Desde o outro mandato, eu sempre dizia que tem um anão na minha sala, escondido debaixo da mesa, porque a gente faz reunião em que ninguém pode falar nada dessa reunião, nem acaba, e já tem coisa lá fora,

as pessoas estão sabendo. Isso não me incomoda, porque eu sei o time que eu tenho. E é um time primoroso, está trabalhando muito, e é por isso que nós passamos dois anos organizando o que estamos fazendo agora. Vamos ter um 2025 e um 2026 primorosos neste país."

Cuidados com a saúde

"Se eu não falar bem da minha saúde, quem é que vai falar? Meus adversários? Não. Meus adversários vão dizer que Lula está velho. Eu é que tenho de provar que estou jovem, animado e disposto. Quem quiser brigar comigo, não vai brigar pela internet, vai brigar nas ruas deste país, porque, a partir de agora, eu vou viajar toda semana, vou inaugurar coisa toda semana, vou anunciar novas coisas toda semana. Posso dizer que, em 2025, a verdade vai enterrar a mentira."

\*\*

"Quando o ex-presidente fica pedindo anistia, ele está provando que é culpado. Ele está provando que cometeu um crime. Ele deveria estar falando: 'Eu vou provar a minha inocência'"

"Se for provada a denúncia feita pelo procurador-geral - da tentativa de golpe, da participação do ex-presidente, do primeiro escalão dele na tentativa de morte de um ministro da suprema corte eleitoral, da tentativa de assassinato de um presidente da República e do vice-presidente -, é extremamente grave"

"A carne começou a cair, e está certo de que vai cair, e o povo vai voltar a comer sua picanha, a sua costela ou outro pedaço de carne que ele deseja. E nós queremos baixar todo alimento"

"Ouvimos este ano inteiro a discussão 'deficit fiscal', 'o governo está gastando muito'. O que aconteceu no final do ano? O deficit fiscal foi zero. Ninguém tem mais responsabilidade de fazer as coisas acontecerem de forma correta do que eu"

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7009/21-02-2025.html?all=1>**

# Trump está certo quando diz que os EUA são prejudicados no comércio exterior?

Por BBC

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou que sua equipe elaborasse planos para impor tarifas sobre produtos que entram no país.

Trump quer introduzir tarifas recíprocas, impostos sobre importações para os EUA que são definidos em uma taxa semelhante aos impostos que outros países colocam sobre produtos que importam dos EUA - o que inclui o Brasil.

O presidente diz que outros países geralmente têm tarifas mais altas sobre importações dos EUA do que o contrário e acredita que seu país foi tratado injustamente por parceiros comerciais, amigos e inimigos.

A BBC investigou essas alegações.

Como os países definem tarifas sobre importações?

Primeiro, é importante entender as regras do comércio global.

Sob os termos de filiação à Organização Mundial do Comércio (OMC), os países têm permissão para impor tarifas sobre importações.

Essas tarifas são diferentes dependendo do item importado.

Por exemplo, uma nação pode impor uma taxa de 10% sobre importações de arroz e uma tarifa de 25% sobre importações de carros.

Mas sob as regras da OMC, eles não devem discriminar entre nações ao definir a tarifa que cobram sobre um determinado bem importado.

Então, por exemplo, o Egito não teria permissão para impor uma tarifa de 2% sobre o trigo vindo da Rússia, mas uma tarifa de 50% sobre o trigo vindo da Ucrânia.

Isso é conhecido como o princípio da Nação Mais Favorecida (NMF) no comércio internacional: todos devem estar sujeitos à mesma tarifa pelo país que impõe a tarifa.

Há uma exceção quando duas nações assinam um

acordo de livre comércio entre elas que cobre a maior parte de seu comércio. Nessas circunstâncias, os países não podem cobrar tarifas sobre mercadorias que circulam entre eles, mas mantêm tarifas sobre mercadorias vindas de qualquer outro lugar do mundo.

Quais são as principais tarifas dos países atualmente?

Para cada país, as tarifas variam bastante de acordo com o produto importado.

Mas os países calculam a sua tarifa externa média, que é relatada à OMC. Esse número reflete a taxa tarifária média geral aplicada a todas as importações.

O Brasil tem uma das maiores tarifas externas médias do mundo: 11,2%, segundo dados de 2023.

Já os EUA tiveram uma tarifa externa média de 3,3% em 2023. Isso é abaixo da tarifa média da União Europeia de 5% e da tarifa média da China de 7,5%.

A tarifa média dos Estados Unidos é consideravelmente menor do que a tarifa média de alguns de seus outros parceiros comerciais. A tarifa média da Índia foi de 17%, enquanto a da Coreia do Sul foi de 13,4%.

A tarifa média dos Estados Unidos em 2023 foi menor do que a do México (6,8%) e do Canadá (3,8%), embora acordos comerciais entre os EUA e esses países signifiquem que as exportações americanas para eles não estão sujeitas a tarifas. O mesmo é verdade para a Coreia do Sul, com a qual os EUA têm um acordo de livre comércio.

Mas, falando de modo geral, é legítimo que Trump aponte que alguns países têm uma tarifa média mais alta sobre importações do que a dos EUA.

E essas tarifas aumentam o custo de muitas exportações americanas para esses países, o que pode ser considerado uma desvantagem para os exportadores dos EUA em relação aos exportadores desses países que vendem para os EUA.

No entanto, não está claro que isso indica que esse comércio prejudica os EUA.

A maioria dos economistas julga que os custos das

tarifas de importação são, em última análise, pagos pelos consumidores no país que as impõe - porque os bens importados ficam mais caros.

Isso pode significar que as nações com tarifas externas médias mais altas do que os EUA estariam penalizando seus próprios consumidores em vez dos americanos.

Como funcionaria uma tarifa recíproca dos EUA?

No começo do mês, Trump sugeriu que isso poderia significar que os EUA imporiam a mesma tarifa externa média sobre importações de cada nação individual que esses países impõem.

Ele disse a repórteres: Se eles nos cobrarem, nós cobraremos deles. Se eles estiverem em 25 (por cento), nós estaremos em 25. Se eles estiverem em 10, nós estaremos em 10.

Isso provavelmente violaria as regras de Nação Mais Favorável da OMC, que exigem que uma nação imponha a mesma tarifa sobre bens específicos, independentemente de onde eles vieram.

Se os EUA impusessem, digamos, uma tarifa de 9,4% sobre todos os bens vindos do Vietnã, mas 3,8% sobre todos os bens vindos do Reino Unido (o mesmo que suas próprias tarifas externas médias), isso seria uma violação das regras.

Se os EUA pudessem mostrar que o país alvo já estava violando as regras da organização de alguma forma, eles poderiam alegar que tarifas retaliatórias específicas contra esse país são justificadas pelas regras da OMC.

Mas simplesmente impor tarifas recíprocas como um princípio geral provavelmente constituiria uma violação.

E quanto às tarifas recíprocas sobre bens individuais?

Outra possibilidade é que Trump poderia tentar igualar não as taxas médias de tarifas nacionais, mas as taxas de tarifas sobre itens individuais impostas por diferentes países.

Por exemplo, imagine que a União Europeia (UE) imponha uma tarifa de 10% sobre todos os carros importados de fora do bloco, incluindo dos EUA. Mas os EUA impõem apenas uma tarifa de 2,5% sobre carros importados, incluindo aqueles da UE.

Os EUA podem decidir impor uma tarifa de 10% sobre carros da UE para igualar as condições.

No entanto, se os EUA tentassem igualar tarifas sobre cada tipo de importação com cada país diferente, isso seria um exercício extremamente longo e complexo, dada a vasta gama de bens envolvidos no comércio global e os distintos regimes tarifários operados pelos 166 membros da OMC.

O memorando oficial de Trump sobre o tema afirma que as tarifas recíprocas também podem ser projetadas para compensar as chamadas barreiras não tarifárias ao comércio - como regulamentações de outros países, subsídios domésticos, cotações de moedas e **Impostos** sobre Valor Agregado (IVA).

Os EUA não cobram IVA sobre bens, mas a maioria das outras nações o faz. Isso pode tornar o exercício de projetar as tarifas ainda mais complexo.

O Brasil está em um processo de adotar um IVA, como parte de sua **reforma tributária**.

Embora os economistas concordem que regulamentações e subsídios domésticos podem constituir importantes barreiras não tarifárias ao comércio, eles insistem que o IVA não se enquadra nessa categoria porque é cobrado sobre todos os bens vendidos internamente e, portanto, não leva a nenhuma desvantagem de custo relativa para importações dos EUA.

A OMC não lista o IVA como uma barreira comercial.

As tarifas dos EUA podem acabar caindo?

Se Trump levasse a sério a correspondência exata de tarifas individuais, ele também poderia, em teoria, exigir que os EUA reduzissem algumas tarifas, não as aumentassem.

Os EUA têm tarifas mais altas sobre certos produtos agrícolas do que alguns de seus parceiros comerciais.

Por exemplo, os EUA atualmente impõem tarifas efetivas sobre muitas importações de leite de mais de 10%. Mas a Nova Zelândia, um grande produtor global de leite, tem tarifas de 0% sobre suas importações de laticínios.

As tarifas sobre o leite dos EUA são projetadas para proteger os produtores de leite dos EUA, incluindo muitos no Estado de Wisconsin (que é crucial na eleição americana). Reduzir a tarifa para exportadores de leite da Nova Zelândia provavelmente enfrentaria resistência política de políticos do Estado.

Da mesma forma, um regime tarifário genuinamente recíproco dos EUA com base em bens individuais criaria dificuldades para a indústria automotiva dos

EUA.

Os EUA impõem uma tarifa de 25% sobre caminhões importados, incluindo da UE.

Mas a própria tarifa da UE sobre caminhões importados, incluindo dos EUA, é de apenas 10%.

Então, uma tarifa recíproca dos EUA com a UE sobre caminhões importados significaria, em teoria, que os EUA teriam de diminuir sua tarifa.

Uma tarifa recíproca sobre carros da UE pode ser bem-vinda pelas montadoras americanas, uma tarifa recíproca sobre caminhões da UE pode não ser.

No entanto, Trump deixou claro que algumas de suas tarifas planejadas, como sobre aço e alumínio, seriam acima de suas tarifas recíprocas, sugerindo que a verdadeira reciprocidade no comércio não é, de fato, seu principal objetivo.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Trump está certo quando diz que os EUA são prejudicados no comércio exterior?

PORTAL TERRA

Trump está certo quando diz que os EUA são prejudicados no comércio exterior?

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/02/21/trump-esta-certo-quando-diz-que-os-eua-sao-prejudicados-no-comercio-exterior.ghtml>**

# Custo de produção pressiona alimentos

**RAFAELA GONÇALVES**

Ao longo de 2024, a indústria de alimentos enfrentou um aumento significativo nos custos de produção, impulsionado pela alta nos preços das commodities agrícolas, das embalagens e das energias. É o que aponta o balanço realizado pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), divulgado ontem.

De acordo com a entidade, os custos da produção industrial tiveram alta de 9,3% no ano passado, enquanto a **inflação** dos alimentos industrializados subiu 7,7%. "A indústria ainda conseguiu absorver mais de 1,5% dessa alta, que seria repassada para os alimentos. O impacto foi minimizado para o consumidor", disse o presidente executivo da Abia, João Dornellas, em coletiva de imprensa.

Segundo ele, o alívio nos repasses foi permitido graças a investimentos feitos pela indústria de alimentos ao longo dos anos.

"Em um ano marcado por desafios econômicos e climáticos, a indústria mostrou resiliência, confirmou seu papel essencial na promoção da segurança alimentar e manteve o abastecimento e a competitividade dos produtos", afirmou.

A associação apontou que a desvalorização do real intensificou o movimento de alta dos preços, especialmente no segundo semestre. "Eventos climáticos adversos, como as enchentes no Rio Grande do Sul e estiagens prolongadas no Centro - Oeste, Sudeste e Norte, reduziram a safra de grãos e impactaram a qualidade das pastagens, pressionando os preços de matérias-primas essenciais, como soja, milho, trigo, leite e carne", destacou em nota.

O levantamento apontou ainda que outros fatores, como a elevação do imposto de importação sobre resinas plásticas e os reajustes no custo da energia elétrica, diesel e gás natural, também aumentaram a pressão sobre a indústria.

## Faturamento

Apesar da alta no custo da produção, o faturamento da indústria brasileira de alimentos alcançou R\$ 1,277 trilhão em 2024, um aumento de 9,98% em relação ao ano anterior, em termos nominais. O volume representa 10,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

Desse total, 72%, ou R\$ 918 bilhões, são provenientes do mercado interno e 28%, do comércio exterior (US\$ 66,3 bilhões). As vendas reais apresentaram expansão de 6,1% e a produção física cresceu 3,2%, alcançando 283 milhões de toneladas de alimentos.

Um dos destaques do balanço é o número de exportações. No ano passado, foram 80,3 milhões de toneladas, 10,4% acima do apurado em 2023. No acumulado de 2024, a receita com essas vendas alcançou o patamar recorde de US\$ 66,3 bilhões, valor 6,6% acima do verificado no ano anterior. No período de 4 anos (2020 a 2024), houve crescimento de 72,7% em valor e 29,2%, em volume.

## Liderança

Desde 2022, o Brasil ocupa a posição de líder mundial na exportação de alimentos industrializados, em volume, o que preocupa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Nós estamos exportando e o Brasil virou quase um supermercado do mundo, e nós queremos discutir com os empresários que queremos que eles exportem, mas que não possa faltar para o povo brasileiro", disse ele, em entrevista, ontem (leia mais nas pag. 2 e 3).

O chefe do Executivo voltou a dizer que o governo deve se reunir com atacadistas para buscar uma solução para os preços, mas não deu detalhes do que pode ser feito. Os produtos brasileiros chegaram a mais de 190 países e seus territórios, sendo os principais mercados: Ásia, seguida da Liga Árabe e da União Europeia.

Os itens que lideram a lista são proteínas animais (carnes), com US\$ 26,2 bilhões; produtos do açúcar, com US\$ 18,9 bilhões; produtos de soja, com US\$ 10,7 bilhões; óleos e gorduras, com US\$ 2,3 bilhões; sucos e preparações vegetais, com US\$ 3,7 bilhões.

"Esse é o tema com que o governo mais tem se preocupado, o preço do alimento para o consumidor.

Esse preço não é à toa, não é uma situação que alguém decidiu", argumentou Dornellas.

## Expectativas

No ano passado, as commodities agrícolas que registraram maior valorização foram o cacau, café, leite, seguido por milho e trigo. De acordo com Dornellas, a expectativa é de um arrefecimento nos

preços em 2025, com uma safra recorde e menos pressões inflacionárias.

"Temos um cenário de **inflação** menor, dólar em baixa, a expectativa é de uma melhora nos preços. Alguns devem seguir pressionados, como café e cacau, por restrição de oferta", afirmou o executivo.

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, o chefe do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse ontem que já é possível encontrar alimentos com preços mais em conta em supermercados do país. "Se você for ao supermercado hoje, vai ver que os preços estão bem melhores que há um mês ou dois. É o momento de o povo vivenciar. Mas tem muito o que fazer ainda. Os produtos vão baixar mais. Temos que tomar todas as medidas para baixar os preços dos produtos", afirmou.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7009/21-02-2025.html?all=1>

# Para analistas, alta de juros vai pesar sobre evolução do PIB em 2025

A economia brasileira deve perder força em razão, entre outros motivos, do aumento da taxa básica de juros - a Selic mais alta encarece o investimento para as empresas e o crédito para as famílias. Além disso, com o aperto no caixa do governo, existe a expectativa no mercado de um menor impulso fiscal - ou seja, de gastos públicos para estimular a economia.

Com a **inflação** em alta, o Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central aprovou, em reunião no mês passado, aumento de um ponto percentual para a Selic, que foi a 13,25%. Na reunião de março, a expectativa é de que o BC promova uma nova alta de mesma magnitude. No relatório Fo-cus, elaborado semanalmente pelo BC, os analistas consultados projetam que a Selic termine o ano em pelo menos 15%.

"Houve um crescimento forte ao longo dos últimos anos, puxado pelo impulso fiscal e pelo mercado de trabalho forte", afirma Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco. "A economia deve ir desacelerando ao longo de 2025, e essa desaceleração vai ficar mais clara ao longo do segundo semestre do ano, porque é no segundo semestre que começaremos a ver o impacto da política monetária."

Os juros mais altos e a **inflação** persistente também têm minado a confiança do consumidor - num sinal de que o brasileiro está mais pessimista com a economia do País.

"O que tem pegado para o consumidor é a **inflação** e a taxa de juros muito alta. Os juros não vão ser resolvidos de uma hora para outra. É um problema de mais longo prazo", afirma Anna Carolina Gouveia, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

Apurado pelo Ibre, o Índice de Confiança do Consumidor recuou pelo segundo mês seguido, para 86,2 pontos, e chegou ao menor patamar desde fevereiro de 2023 (85,7 pontos). Em dezembro e janeiro, a queda acumulada foi de oito pontos. "Para ter uma retomada da confiança, é necessária uma melhora nos preços e a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho", diz Anna Carolina.

SAFRA. A avaliação dos analistas é de que a economia brasileira deve ter crescido 3,5% no ano

passado. Eles também esperam que 2025 seja marcado por uma desaceleração, sobretudo no segundo semestre. "Embora alguns sinais mais claros de desaceleração tenham surgido no quarto trimestre de 2024, ainda vemos fatores de resiliência no curto prazo que devem levar a uma aceleração no resultado do primeiro trimestre", escreveu o banco San-tander, em relatório.

"Primeiro, a contribuição positiva das safras de grãos de verão deverá impulsionar a produção agrícola no período, seguindo a projeção de mais um ano de produção recorde de soja e milho. (...) Além disso, o mercado de trabalho ainda resi-liente deverá continuar a influenciar positivamente o consumo das famílias, juntamente com um calendário favorável para transferências governamentais no primeiro semestre de 2025", acrescentou o banco.

Para 2025, o Santander estima um avanço do **PIB** de 1,8%. No relatório Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, os analistas consultados esperam um crescimento econômico semelhante, de 2,01% - ante os 3,5% previstos para 2024.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Indústria de alimentos fatura quase 10% mais em 2024

A indústria brasileira de alimentos e bebidas registrou aumento de 9,98% no faturamento, para R\$ 1,277 trilhão, e de 3,2% na produção em 2024 em comparação com 2023, para 283 milhões de toneladas. Desse total, 72%, ou R\$ 918 bilhões, são provenientes do mercado interno e 28% do comércio exterior (US\$ 66,3 bilhões), segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) divulgados ontem.

As vendas reais totais (mercado interno e exportações) apresentaram expansão de 6,1% em 2024. Com isso, a indústria de alimentos deve representar 10,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do País.

A Região Sudeste representou R\$ 488 bilhões, seguida pelo Sul, com R\$ 348 bilhões. O Centro-Oeste correspondeu a R\$ 251 bilhões, o Nordeste, a R\$ 126 bilhões, e o Norte, a R\$

63 bilhões. AUDRYN KAROLYNE

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# IFI: governo precisará bloquear R\$ 18,6 bi em 2025

**BRUNA LESSA**

O governo Lula precisará fazer um bloqueio de R\$ 18,6 bilhões nos gastos do Orçamento de 2025 para garantir o cumprimento das regras fiscais neste ano, como a meta de resultado zero - receitas iguais a despesas. É isso que aponta a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em relatório divulgado ontem.

O bloqueio ocorre para respeitar o limite de gastos previsto no arcabouço fiscal. A IFI projeta um déficit efetivo de R\$ 71 bilhões (0,56% do **PIB**) em 2025. Nesse valor estão R\$ 44,1 bilhões (0,35% do **PIB**) para pagamento de precatórios (despesas decorrentes de ordens judiciais) que ficam fora da meta fiscal. Sem os precatórios o saldo negativo para as contas seria de R\$ 26,9 bilhões, dentro do limite de R\$ 30,9 bilhões de déficit permitido pelo arcabouço.

No entanto, para equilibrar as despesas dentro da regra fiscal seria necessário o bloqueio. A IFI também projeta o chamado empoçamento de R\$ 15,7 bilhões, quando determinados gastos autorizados não são executados.

O Orçamento de 2025 ainda não foi sequer votado pelo Congresso. A expectativa é que o projeto seja analisado em março, após negociações entre o governo e os parlamentares. O relatório da IFI também alerta para a possibilidade de frustração de receitas, subestimação de despesas e incertezas sobre a efetividade das medidas de corte de gastos aprovadas.

Outro ponto de destaque no documento é a execução do programa Pé-de-Meia, que terá um orçamento de R\$ 12,5 bilhões em 2025, mas fora do Orçamento federal.

A continuidade do programa foi garantida após o Tribunal de Contas da União (TCU) reverter o bloqueio de R\$ 6,4 bilhões do fundo fora do Orçamento até o Congresso aprovar uma solução.

## **INFLAÇÃO** PREOCUPA

O relatório da IFI também aponta que o risco de a **inflação** ultrapassar o limite superior da meta em 2025 continua elevado. A meta é de 3%, podendo chegar a

4,5%.

A recente queda do dólar poderia ajudar o IPCA, segundo a IFI. O risco, porém, é que a retirada de fatores sazonais mostra que os preços continuam em alta.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Alta de 189% do cacau deverá encarecer chocolate na Páscoa

**JOÃO SORIMA NETO**

A alta de 189% na cotação do cacau, com picos de até 300% nos últimos 12 meses anteriores a dezembro de 2024, deve impactar o preço dos ovos de Páscoa neste ano, segundo estimativa da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (Abia). Nem todo aumento deverá ser repassado ao consumidor, mas a tendência é que ocorram reajustes que acompanham a variação da indústria de chocolates nos últimos 12 meses.

- Nem tudo foi repassado, já que a indústria busca eficiência com mais investimentos em automação, por exemplo. Mas haverá impacto. Cada empresa tem sua política de preços - disse João Dornellas, presidente executivo da Abia.

A expectativa da indústria de alimentos é que o consumidor encontre ovos de Páscoa com diferentes ingredientes no recheio, como biscoitos. Mas a expectativa é que os preços não sofram "aumentos bruscos" acima da inflação.

- É difícil estimar alta de preços ao consumidor, mas a tendência é que os aumentos acompanhem os reajustes que a indústria de chocolates praticou - afirmou Dornellas.

O preço do chocolate subiu 11,99% nos últimos 12 meses encerrados em dezembro de 2024, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

## CRISE CLIMÁTICA

O preço do cacau subiu por uma redução de oferta de matéria-prima, com crise climática e crise sanitária na África, diminuindo a oferta global do cacau. O Brasil já foi o maior produtor na década de 80, mas a praga da vassoura-de-bruxa dizimou as plantações na Bahia. Hoje é o sétimo maior produtor global.

- Novamente há uma oportunidade de aumentar a produção do cacau, que vem crescendo, por exemplo, no Pará. Mas o cacauzeiro demora quatro anos para começar a produzir. Não é do dia para a noite - explicou Gustavo Chiarini Bastos, presidente do Conselho Diretor da Abia, lembrando que assim como o café (que subiu 140% em doze meses) também

deve ficar pressionado até a oferta se restabelecer.

O presidente da Abia lembrou que o custo de produção de alimentos industrializados subiu 9,3%. A inflação de alimentos industrializados foi de 7,7%, segundo o IPCA.

João Dornellas disse que a Abia enviou diversas sugestões ao governo que poderiam ajudar a conter a alta de preços dos alimentos. Ele afirmou que já se reuniu com o presidente Lula, que disse que o governo não pretende fazer intervenções heterodoxas no mercado de alimentos.

- Essas intervenções sempre trazem resultados ruins e causam problemas no longo prazo. Já fizemos sugestões ao governo, como, por exemplo, cuidar da infraestrutura de transporte ou até reduzir tarifas de material de embalagem importado -afirmou.

## INVESTIMENTOS DE R\$ 120 BI

Dornellas lembrou que a indústria de alimentos se comprometeu a investir R\$ 120 bilhões de 2023 a 2026, durante o governo Lula, e no ano passado foram investidos R\$ 40 bilhões. Entre 2023 e o ano passado, foram investidos R\$ 74,7 bilhões, mais de 62% do objetivo. Dornellas avalia que mesmo com a alta de juros, os R\$ 120 bilhões devem ser atingidos e até mesmo superados:

-Claro que se tivéssemos juros mais baixos, o investimento poderia ser maior. Mas vamos atingir os R\$ 120 bilhões e até ultrapassar.

Segundo Dornellas, o setor de alimentos acompanha com cautela os primeiros passos do governo de Donald Trump, nos EUA.

- Estamos com postura cautelosa, assim como o governo brasileiro. Seguimos acompanhando diariamente todas as decisões e conexões. Em um mês de governo Trump é difícil falar sobre impacto, mas o Brasil é o maior exportador de alimentos industrializados e pode aproveitar oportunidades - disse Dornellas.

No ano passado, as exportações de alimentos industrializados do Brasil chegaram a 80,3 milhões de toneladas, 10,4% acima de 2023. A China foi o

principal destino, seguida dos Estados Unidos. A receita com essas vendas alcançou US\$ 66,3 bilhões, 6,6% acima do resultado de 2023. Para 2025, a expectativa é que as exportações atinjam entre US\$ 68 bilhões a US\$ 70 bilhões, segundo projeções da Abia.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Gastos elevados e rígidos minam eficiência do setor público no Brasil

O setor público brasileiro gasta muito, tendo um orçamento rígido e pouco eficaz. As despesas primárias, que excluem dis-pêndios com juros, são mais altas que a de boa parte das economias emergentes, num país de carga tributária elevada. É um quadro que compromete a eficiência do Estado e causa insatisfação na população com a qualidade dos serviços públicos.

O gasto primário do Brasil representava 38,32% do **PIB** em 2022, de acordo com o último dado do Fundo Monetário Internacional (FMI), superando os 23,2% do **PIB** no México, os 25,7% no Chile e os 32,5% na China. Considerando os gastos totais, incluindo o pagamento de juros, a projeção do FMI para o Brasil é de despesas em quase 47% do **PIB** neste ano, também acima dos pares.

Ex-secretário do Tesouro e sócio da Oriz Partners, Carlos Kawall destaca o problema da baixa eficiência e pouca flexibilidade do gasto primário em relação ao tamanho do Estado. "Nossa carga tributária gira ao redor de 35% do **PIB**. O gasto primário é superior a isso, por isso temos déficit e uma dívida alta. O que chama a atenção no caso brasileiro é a rigidez com a qual tratamos essas despesas", o que Kawall chama de "paradigma do gasto obrigatório constitucional", envolvendo, por exemplo, a estabilidade do servidor público, a indexação de benefícios sociais e as regras de despesas mínimas para saúde e educação vinculadas a métricas de receitas.

Para a economista Elena Landau, a combinação de problemas como a má alocação de recursos e a falta de avaliação da efetividade dos programas gera uma tempestade perfeita. "No Brasil, temos pouca cultura de avaliação de política pública, que é um instrumento fundamental para melhorar a eficiência do Estado. Então, acabam repetindo coisas que já deram errado por ideologia ou teimosia", diz ela, que foi diretora do BNDES.

Uma das consequências de um Estado grande e com gastos primários pouco flexíveis é que o espaço que sobra para investimentos públicos é residual, observa Kawall. Segundo ele, a consequência de todo esse modelo no Brasil é que o Estado não poupa e o investimento é baixo. "É um modelo que, desse ponto de vista, fracassou", afirma ele. Página A4

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>**

# Lula reclama de preço de ovos e quer reunião com atacadistas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na quinta-feira (20) que vai chamar atacadistas para uma reunião no governo como forma de encontrar uma "alternativa" para baixar os preços dos alimentos. Ele falou sobre essa possibilidade ao relatar que foi informado que uma carteira de 30 ovos no Brasil pode alcançar cerca de R\$ 40, o que considerou "absurdo".

"Vamos ter que fazer reunião com atacadistas para pensarmos juntos alternativas para baixar o custo dos alimentos", afirmou o petista. Sobre isso, o presidente também deu a entender que acredita que os preços estão altos nos supermercados porque os produtores estariam replicando no mercado interno o mesmo preço praticado no exterior, ou seja, baseado na cotação do dólar.

"O fato de estar vendendo produto em dólar, que está alto, não significa que tem que colocar no preço do brasileiro o mesmo que ele exporta. Os EUA viraram importador do ovo brasileiro. Estamos conversando com os empresários para que continuem exportando, mas não pode faltar para o povo brasileiro. Não se pode colocar o mesmo preço que você exporta. Quando me disseram que

No início do mês, presidente já havia falado de convocar empresários do setor de alimentos caixa de 30 ovos estava R\$ 40, achei absurdo", complementou.

Segundo especialistas, o consumo aumentou devido ao período da Quaresma. Também houve alta nos custos de produção por causa da elevação dos preços do milho que serve de ração e do calor, que afeta a produtividade das aves. Já as exportações para os EUA cresceram devido a uma crise de gripe aviária, que tem levado ao abate de um grande número de aves naquele mercado.

A promessa de convocar empresários do setor de alimentos para negociar uma "saída" para a **inflação** não é nova. No início de fevereiro, Lula anunciou plano semelhante ao citar produtores de carne. A previsão era que o encontro seria organizado pela Casa Civil, mas até o momento não ocorreu.

Lula falou sobre o custo dos alimentos nessa quinta-feira, ao conceder entrevista para a rádio Tupi FM, do Rio de Janeiro, Estado que visitará hoje para assinatura do contrato de concessão do terminal 1TG02, em

Itaguaí (RJ), considerada um marco para o setor portuário no Estado.

Na mesma entrevista, o presidente tentou isentar seu governo de culpa pelo nível da **inflação** e lembrou que o Brasil passou, recentemente, por graves crises de estiagem e chuva, que afetaram os produtores de alimentos do país. "O preço vai baixar e eu tenho certeza que vamos conseguir fazer que volte aos padrões do trabalhador. É importante que estamos vindo de momentos cruciais no Brasil: muito sol, muito fogo e muita chuva, tudo isso tem influência em alguns Estados. Isso impactou o preço de alimentos como o café", explicou.

Apesar de todo esse cenário, Lula defendeu ao mesmo tempo que o governo deve continuar os esforços do Ministério da Agricultura para abrir novos mercados de exportação para os alimentos brasileiros. "O Brasil está preparado para fornecer alimento ao mundo sem permitir que isso afete o preço [interno]. Não podemos aumentar o preço aqui dentro por causa do preço lá fora. O mundo quer comer e o Brasil pode ceder alimentos sem precisar desmatar nada", concluiu.

Lula ainda voltou a cutucar o presidente dos EUA, Donald Trump, ao ser questionado sobre a iniciativa dos americanos de impor tarifas contra produtos de países vizinhos. Em relação a esse tema, o presidente brasileiro respondeu prometendo "reciprocidade" e defendeu que a

medida vai acabar inflacionando o mercado interno americano.

"Ele [Trump] está taxando o produto de todos os países e isso vai causar **inflação** nos EUA, vai causar **inflação** nos preços. Se o Trump taxar produtos brasileiros, haverá reciprocidade e isso vai causar impacto nos produtos de todo mundo. É muita ameaça todo dia e isso não é bom para o exercício da democracia", ponderou.

Em seguida, o petista pediu que Trump pare com "protecionismo" e respeite organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). "Trump foi eleito para ser presidente dos EUA, e não presidente do mundo."

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>**

# Teremos superávit primário em 2025?

Recentemente, foram conhecidos os dados relativos ao resultado fiscal de 2024. No que se refere ao Governo Geral (União+Banco Central), foi observado um déficit de -0,36% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Excluindo as rubricas do socorro ao Rio Grande do Sul, após as enchentes, o déficit foi ainda menor, de cerca de 0,09% do **PIB**. Este patamar está dentro dos limites contemplados pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF).

Considerando o histórico recente, o déficit primário observado de 0,09% do **PIB** é o melhor saldo fiscal desde 2014 (ano em que o governo rompeu com o antigo regime de superávits primários e passou a operar consecutivamente em déficits). É bem verdade que em 2022 houve um pequeno superávit de 0,55% do **PIB**, porém aquele resultado ocorreu à custa da rolagem de precatórios para exercícios seguintes, tendo sido pagos em 2023. Portanto, considerando essa anormalidade, o resultado de 2022 deve ser encarado em termos da média do biênio 22-23 e foi um déficit.

Apesar da evidente melhora do quadro fiscal brasileiro, o endividamento público continua crescendo em uma trajetória preocupante. Em dezembro, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu a casa dos 76% do **PIB**- há um ano, esse mesmo indicador estava em 73,8% do **PIB**. Uma alta, portanto, de 2,2 pontos percentuais do **PIB** e com viés de novas altas para o futuro próximo.

Embora o país esteja diante do melhor resultado primário dos últimos anos, está claro que simplesmente zerar o déficit primário é condição necessária, mas não suficiente para alterar a trajetória do endividamento público. Em artigos publicados neste espaço ao longo dos últimos anos, tenho argumentado que o esforço fiscal necessário do ponto de vista da estabilização da relação dívida/**PIB**, seria da casa de 2% do **PIB**. Para o exercício de 2025, o NAF prevê um resultado primário superavitário de 0,5% do **PIB**, cujo limite de tolerância permite uma flutuação entre 0,25% e 0,75% do **PIB**.

Se, por um lado, o superávit necessário para a estabilização da dívida do governo seja maior do que o entregue, por outro, a reversão de um déficit de -2,4% em 2023 para um déficit quase zero em 2024 deveria desacelerar a trajetória de crescimento da DBGG. No entanto, não é isso o que se vê. Como dito, o crescimento do endividamento público entre 2023 e 2024 foi de 2,2 pontos percentuais do **PIB**, muito

parecido com a expansão verificada entre 2022 e 2023. Isso está relacionado com o custo de rolagem da dívida, que no último triênio foi de 10,6% ao ano em média. Em outras palavras, nem o advento do NAF, nem a reversão do déficit primário foram capazes de arrefecer o custo implícito da DBGG que continua performando em níveis alarmantes.

No que se refere à perspectiva para 2025, mesmo que o governo cumpra o alvo, um superávit de 0,5% do **PIB**, ainda estará distante dos 2% mencionados como necessários para a estabilização da DBGG. No entanto, ainda assim, após uma década de déficits consecutivos e elevados, um superávit precisa ser celebrado. Há restrições de economia política que tornam um superávit primário desta ordem difícil de ser alcançado.

No último biênio, o governo conseguiu reverter o déficit primário graças a uma soma de fatores que combinam: i) a pauta arrecadatória, ii) o combate à sonegação e à informalidade, iii) o crescimento econômico do biênio impulsionando ciclicamente a arrecadação. Com isso, o esforço fiscal supracitado ocorreu preservando programas sociais, reajuste real do salário mínimo e a manutenção de políticas públicas. Ainda pairam bastante incertezas sobre a manutenção desses elementos que potencializaram a arrecadação do biênio anterior. Por exemplo, uma desaceleração econômica prevista para o ano de 2025, se ocorrer, o que esperar da arrecadação?

Apesar das incertezas, com algum esforço do lado do gasto, é possível acreditar em um superávit primário modesto em 2025, abandonando a década de déficits na qual o país mergulhou entre 2014-24. A dificuldade agora é avançar sobre a etapa seguinte, gerar um superávit primário capaz de mudar a inclinação da DBGG.

Do ponto de vista das restrições de economia política, essa é uma etapa muito mais difícil, pois para gerar um superávit de 2% do **PIB**, o governo precisará de reformas substanciais sobre a dinâmica do gasto obrigatório. Tais reformas fatalmente recairão sobre rubricas sociais. Aparentemente, não há consenso na sociedade sobre tais reformas. Enquanto não houver consenso, ou ao menos uma maioria sólida em apoio a alguma ideia, sua conversão em política econômica tende a ser inviável politicamente. As democracias são assim, gradua-listas por natureza.

Tais consensos, no entanto, podem demorar anos

para se manifestarem. Enquanto isso, a agenda de curto prazo continua se impondo, se a DBGG continuar crescendo 2 pontos percentuais do **PIB** ao ano, no final da década este indicador estará aproximando de 90% do **PIB**. As consequências desse nível de endividamento tendem a ser desastrosas. Enquanto isso, o que fazer para atenuar a expansão da relação dívida/**PIB**?

Como já discutido, a expansão da dívida desde 2023 está mais relacionada com o custo de rolagem do que com os saldos primários. Pelo menos a curto prazo, isso pode expressar muito mais o sentimento dos seus financiadores do que fundamentos macroeconômicos em si. Em outras palavras, há fatores ex-pectacionais que têm justificado a resiliência do custo implícito da DBGG, mesmo diante da inequívoca melhora dos saldos primários. Uma forma de atenuar esse problema é por vias de uma comunicação mais assertiva, um esforço do governo como um todo. Não basta zerar o déficit fiscal e desdenhar no discurso político do compromisso com a estabilidade macroeconômica e o respeito aos fundamentos.

O Banco Central (BCB) também tem sua responsabilidade. Parte expressiva da DBGG é indexada à índices de preços, predominantemente o IPCA, que também é o alvo oficial do regime de metas. Ao se concretizarem as expectativas compiladas no Focus para 2025, serão completados 5 anos de descumprimentos consecutivos da meta de **inflação**. Isso evidentemente pressiona tanto o custo dos títulos atrelados à **inflação**, quanto a Selic e o custo de rolagem via títulos pós-fixados. Em suma, os fracassos consecutivos do BCB em cumprir a meta, produzem um custo fiscal sobre a DBGG que não pode ser negligenciado.

Portanto, enquanto não há consenso sobre quais caminhos podem gerar o primário requerido para estabilizar a relação dívida/**PIB**. É possível atacar seu custo de rolagem conciliando uma comunicação adequada do governo, com responsabilidade monetária por parte do BCB.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>**

# Inflação pressiona indústria e varejo a buscarem soluções

*Por Helena Benfica e Vinícius Lucena - De São Paulo*

A crescente pressão inflacionária sobre o preço dos alimentos nos últimos meses dominou as coletivas realizadas pelas associações que representam a indústria de alimentos e o setor supermercadista, coincidentemente ambas na manhã desta quinta-feira (20). Esse movimento por aumento de preços no varejo por parte da indústria ganhou força no fim do ano passado, com a escalada do dólar frente ao real.

Do lado da indústria, que desde o fim de novembro, segundo o varejo, tem apresentado reajustes nas suas tabelas, a Abia afirma que está em contato com o governo federal para sugerir medidas para amenizar o problema, e que as empresas têm absorvido parte dos custos para reduzir os repasses.

A Abras, do varejo, por sua vez, diz que a **inflação** de alimentos perdeu força em janeiro, tendo subido 0,96% no mês passado, contra 1,18% em dezembro. Mas, mesmo assim, o poder de compra das famílias está pressionado.

No mesmo dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que iria chamar atacadistas para uma reunião a fim de tentar encontrar uma alternativa para o aumento de preços. Esse assunto tem sido uma das principais preocupações do governo, já que tem impactado diretamente na popularidade do presidente.

João Dornellas, presidente da Abia, diz que, entre as propostas feitas ao governo, estariam investimentos na infraestrutura de transportes, para acelerar o trânsito da safra deste ano, que pode chegar a 325 milhões de toneladas.

A redução dos **impostos** de importação de material de embalagens, do preço da energia elétrica e do diesel também foram sugeridas ao governo pela associação. A possibilidade de subsídios é rejeitada.

"O presidente tem sido muito sábio ao dizer que não pretende fazer nenhuma intervenção heterodoxa (...) Ele sabe que seria uma intervenção no mercado, e isso, a médio prazo, sempre traz resultados ruins. Você pode resolver o problema no curtíssimo prazo e causar um problema maior", afirmou Dornellas.

O presidente da Abia demonstrou preocupação com a

possibilidade de corte de alíquota para importação de alimentos como medida para baixar os preços. "Tanto colocar mais imposto para exportar quanto favorecer as importações não têm demonstrado resultado a médio e longo prazos. O mercado se adequa e se adapta. A safra que vem aí já está derrubando o preço de commodities."

Gustavo Bastos, presidente do conselho diretor da Abia, disse que a indústria está disposta a cortar margens para reduzir o impacto no bolso do consumidor. Para ele, um indicativo de que o setor absorveu parte dos reajustes está no fato de o custo médio de produção da indústria de alimentos ter subido 9,3%, enquanto a **inflação** de alimentos industrializados, medida pelo IPCA, atingiu valor menor, de 7,7%.

O Valor apurou que, ainda neste mês, uma grande rede supermercadista e outra de atacarejo foram sondadas por fabricantes de itens básicos (mercearia) para reajustes de 5% a 7%.

Na coletiva, o comando da Abras disse que a **inflação** continua pressionando o poder de compra das famílias, ainda que a melhora no emprego e o avanço na renda tenham segurado o consumo.

Marcio Milan, vice-presidente da associação, chamou a atenção para o fato de que o aumento no preço dos alimentos perdeu força em janeiro, segundo dados do IBGE. "Naturalmente, temos uma **inflação** que preocupa, mas vimos uma sinalização de uma desaceleração", disse.

As vendas dos supermercados recuaram 11,51% em janeiro ante dezembro, impactadas pela forte sazonalidade de fim de ano. Na comparação entre janeiro de 2025 e janeiro de 2024, a alta foi de 2,22%. Esse não foi o melhor desempenho para o primeiro mês do ano, mas, dado o contexto, é considerado positivo, avalia Milan.

Apesar do cenário de maior instabilidade, a projeção de 2,7% de crescimento dos supermercados em 2025 está mantida. "Acabamos de ter um aumento real no salário mínimo, e isso ajuda no consumo das famílias", disse Milan.

A perspectiva sobre consumo neste início de ano foi

mencionada pelos comandos do grupo Carrefour Brasil e do GPA, dono da rede Pão de Açúcar, nas teleconferências de resultados do quarto trimestre. Para as duas varejistas, dezembro foi fraco, mas janeiro e fevereiro vieram positivos. Do ponto de vista estratégico, a elevação da taxa de juros e a alta da inflação tem impactado nos planos das companhias.

A indústria de alimentos também comentou sobre o impacto da alta dos juros no volume de investimentos. Segundo a Abia, a perda se deu principalmente em fusões e aquisições, que movimentaram R\$ 13,8 bilhões no ano passado, valor menor do que os R\$ 16,8 bilhões de 2023.

**Site:**

***[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=1&section=1)***

# Leilão do Tesouro altera curva de juros e dólar perde força

**Por Gabriel Roca, Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani e Luana Reis - De São Paulo**

O leilão do Tesouro Nacional, que promoveu ontem a maior oferta de títulos prefixados desde dezembro de 2020, voltou a impulsionar alterações na curva a termo. Os juros futuros encerraram o pregão em ligeira queda na parcela inicial da curva e em alta na parte mais longa. Com uma grande quantidade de risco a ser absorvida pelo mercado, agentes interpretaram a inclinação da curva como um movimento natural, especialmente diante da forte demanda registrada pelos papéis.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 caiu de 14,68% para 14,60%; e a do DI para janeiro de 2031 passou de 14,47% para 14,51% na sessão de ontem.

Desde o leilão de títulos atrelados à **inflação** de terça-feira, os agentes financeiros já se preparavam para uma grande oferta ontem. A expectativa foi confirmada com o anúncio de que seriam oferecidos ao mercado 25 milhões de Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e 7 milhões de Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-Fs).

O Tesouro vendeu 95,08% do lote de LTNs e a totalidade do lote de NTN-Fs. O volume financeiro somou, aproximadamente, R\$ 19,534 bilhões. A absorção do mercado foi quase integral, com apenas o lote de LTNs para 2025 não sendo completamente vendido. A quantidade de risco adicionada ao mercado [dv01] foi de aproximadamente R\$ 7,195 milhões. Sob esta métrica, o leilão de prefixados, segundo cálculos da Necton, é o maior desde dezembro de 2020 e o segundo maior desde 2016.

A avaliação, por ora, é que a estratégia do órgão é correta, dada a necessidade de melhorar - ou de não piorar ainda mais - a composição da dívida pública e a possibilidade de acumular alguma "gordura" para não precisar emitir em momentos de maior estresse do mercado.

Já o dólar à vista fechou em queda de 0,38%, cotado a R\$ 5,7043, acompanhando a dinâmica global de desvalorização da moeda americana. Um possível acordo comercial entre EUA e China levou à melhora dos ativos ligados à economia chinesa, da mesma

forma que a chance de um eventual acordo sobre a guerra na Ucrânia deu suporte a moedas europeias. Na ausência de notícias locais, o câmbio acompanhou a dinâmica global.

O superintendente de tesouraria do Banco Daycoval, Anderson Rodrigues, lembra que, diante do diferencial de juros maior no Brasil em relação aos EUA e da perspectiva da sua ampliação (já que o Banco Central deve continuar a elevar a Selic), há um movimento dos investidores de antecipação no mercado de derivativo que beneficia o real. "Com esse nosso diferencial maior e com a alta dos juros, há um estímulo para [ter] posições vendidas em dólar, seja pelo exportador que imagina que o dólar pode estar mais depreciado no futuro por conta desse diferencial e quer fechar a cotação de agora, seja pelo investidor que enxerga oportunidade de comprar ativos mais baratos aqui", afirma.

Já o Ibovespa terminou o dia no azul, com leve alta de 0,23%, aos 127.601 pontos. A surpresa positiva de analistas com o pagamento de dividendos extraordinários pela Vale, juntamente com a subida das ações da Petrobras, ofereceu suporte para o índice. Por outro lado, a reação mais negativa de investidores ao "guidance" do Banco do Brasil limitou um avanço mais firme da referência acionária local.

Os papéis PN da Petrobras voltaram a renovar máxima histórica, com um avanço de 0,16%, a R\$ 38,50. Já as ações da Vale encerraram com alta de 3,68%, a R\$ 57,74, enquanto os papéis do Banco do Brasil recuaram 2,98%.

Após a divulgação de "guidances" que desapontaram o mercado, a chefe de pesquisa e estratégia de ações do Santander, Aline Cardoso, avalia que as empresas serão mais cautelosas ao falar de projeções. "Com o custo de capital a 16%, 17%, muitos projetos não param em pé. Acho que as empresas serão mais rigorosas na hora de aprovar novos projetos, fazer abertura de lojas e realizar novos investimentos", diz a profissional.

Em um dia pouco movimentado no exterior, o Dow Jones caiu 1,01%, o S P 500 recuou 0,43%, e o Nasdaq cedeu 0,47%. No fim do pregão, o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de outras seis moedas fortes, tinha forte queda de

0,76%.

No fim do dia, as taxas das T-notes de dez anos recuavam para 4,511%, ante 4,538% na última sessão, devido à crescente sensação de que o afrouxamento quantitativo deve ser concluído em breve.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Lula acena com 'maior política de crédito já feita'

**Lu Aiko Otta, Estevão Taiar e Renan Truffi Brasília**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que o governo federal anunciará em breve "a maior política de crédito já feita neste país". Segundo ele, as mudanças serão realizadas em três frentes distintas e direcionadas ao "pequeno empreendedor, ao médio empreendedor e ao pequeno empresário".

"Eu ainda tenho três coisas para anunciar ao povo brasileiro que não vou anunciar agora para não quebrar o encanto", disse em entrevista à Rádio Tupi FM, do Rio de Janeiro, ao ser questionado sobre a violência no Estado. "Será a maior política de crédito já feita neste país, e nós vamos fazer porque queremos que este país cresça."

O Valor apurou que a medida de crédito que está mais madura para ser anunciada é o novo empréstimo consignado para trabalhadores com carteira assinada.

A parte tecnológica desse novo produto está pronta. Além disso, o governo rompeu dois pontos de impasse que vinham travando as discussões nos bastidores. Decidiu não estabelecer uma taxa de juros máxima para a operação e tirou de pauta a ideia de usar o novo consignado como um substituto do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), que nesse cenário acabaria. Os dois pontos eram combatidos pelas instituições financeiras nos bastidores.

Para turbinar o crédito às micro e pequenas empresas, há pelo menos uma medida em discussão no governo: uma espécie de consignado para lojistas baseada no fluxo de recebimentos em Pix. As linhas gerais foram antecipadas pelo Valor no dia 3 de janeiro.

Nessa modalidade, o empreendedor poderá tomar empréstimos oferecendo como garantia aquilo que vai receber em pagamentos via Pix. As parcelas dos empréstimos serão descontadas do fluxo, por isso é algo semelhante ao consignado.

É pouco provável, porém, que essa linha possa ser lançada no curto prazo. Há arranjos tecnológicos que levarão meses para serem concretizados.

Há também discussões para modificar os requisitos para empresas acessarem o mercado de capitais, de

forma que as de menor porte também possam se beneficiar dessa forma de financiamento.

O novo consignado do setor privado deverá incorporar à base de potenciais clientes os empregados domésticos e os trabalhadores autônomos, conforme apontam debates que se desenrolaram na área técnica. Isso porque a contratação ocorrerá por intermédio do e-Social.

No formato atual, é preciso que uma empresa se articule com um banco para oferecer o empréstimo com desconto em folha para seus funcionários. No novo modelo, caberá ao trabalhador contratar a operação. A expectativa é que mais pessoas tenham acesso ao crédito, pois não dependerão mais da intermediação da empresa em que atuam.

O impulso ao crédito e a elevação do limite de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para R\$ 5 mil são apostas do governo para reverter a queda nas avaliações positivas e na popularidade de Lula. No entanto, são medidas que vão na contramão do Banco Central, que elevou os juros para conter o consumo e, assim, combater a **inflação**.

"Há um esforço concentrado em estimular a economia via programas de crédito, e a isenção de Imposto de Renda, que vai apenas piorar o cenário, não apenas da **inflação** e dos juros, mas do fiscal também", disse Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. "O governo vai no caminho contrário do que precisava fazer."

Na sua visão, a estratégia demonstra que o governo segue sem entender o problema das contas públicas desequilibradas. "A consequência serão dois anos difíceis na economia, construídos pelo governo", afirmou.

O estímulo ao crédito em um ambiente de juros elevados é também um ponto de atenção para especialistas. Há dúvidas se o custo do financiamento será de fato reduzido, como é o objetivo dessas medidas.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Reforma ministerial deve envolver troca na Saúde

A saída da ministra Nísia Trindade da Saúde já é dada como certa no Palácio do Planalto. Um dos cotados para substituí-la é o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que ocupou a pasta no governo Dilma Rousseff. Seu nome para o ministério, que concentra grande número de emendas parlamentares, teria o apoio

do Centrão. Segundo o Valor apurou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não conversou com Nísia nem com Padilha. Lula já deixou claro que não entregará a Saúde para outros partidos da base aliada. No entender do presidente, esse ministério deve continuar sob o comando do PT. Uma ala do partido defende o nome de Arthur Chioro, atual presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para assumir o cargo. Página A14

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188123?page=18&section=1>**

# Cresce o número de pessoas que esperam na fila do INSS

**Maysa Polcri**

Na Bahia, 53.103 pessoas aguardam na fila por benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) há mais de 45 dias. A maior parte deles espera a análise de pedidos de benefícios por incapacidade (auxílio-doença). São 44.914 pessoas nessa situação, segundo dados de novembro do ano passado - os mais recentes sobre o tema.

O prazo extrapola um acordo firmado entre o **INSS** e o Ministério Público Federal (MPF) sobre os prazos para análise do benefício, em 2021. O período de análise deve ser de até 45 dias para o auxílio-doença, como era chamado anteriormente.

O benefício é destinado aos trabalhadores que contribuem mensalmente com a **Previdência Social** e que, devido a problemas de saúde, estão temporariamente incapacitados de retornar às suas atividades. Para dar entrada no pedido, é preciso apresentar atestado médico solicitando afastamento por mais de 15 dias consecutivos.

A análise do benefício por incapacidade é feita em duas etapas, como explica Leandro Murilo Pereira, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). "A análise médica vai constatar a capacidade ou não. Em seguida, é realizada a análise administrativa, que vai avaliar a qualidade do segurado", afirma. Ou seja, além da saúde, a Previdência avalia se as contribuições do solicitante foram realizadas.

O valor do benefício dependerá do tipo de benefício, tempo e valor de contribuição do solicitante. Quando o prazo de análise do pedido extrapola o permitido, é possível acionar a Justiça através de um mandado de segurança. "Os advogados podem solicitar que a perícia presencial seja realizada em até 48 horas ou o pagamento do benefício em caráter liminar", explica Juliana Costa Pinto, advogada trabalhista e previdenciarista.

Nacionalmente, a quantidade de pessoas que aguardam benefícios do **INSS** voltou a crescer. O número de pedidos em análise chegou a 1,985 milhão em novembro do ano passado, o maior nível desde o início de 2020.

O **INSS** justifica que o aumento nos últimos meses de 2024 tem relação com a greve dos servidores e peritos, além de alterações da lei que passou a exigir biometria para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que gerou um represamento, além do aumento de requerimentos.

## SEM RENDA

Anderson Vigas, de 32 anos, levava um dos filhos para o colégio, em Salvador, quando foi surpreendido por uma mancha na visão. Naquela manhã de novembro ele ainda não sabia, mas seria obrigado a passar por uma cirurgia de emergência. O descolamento de retina traria ainda mais problemas: são quase 80 dias aguardando a análise do benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Ele deu entrada no pedido de benefício por incapacidade (auxílio-doença) no dia 4 de dezembro do ano passado. Anexou o atestado médico, que solicitava três meses de afastamento do trabalho como coordenador de uma rede de fast food. Porém, até agora, o pedido não foi analisado pelo órgão.

Já são quase três meses sem renda, o que tem impactado no orçamento da família. Anderson Vigas precisou tomar empréstimos bancários e pedir dinheiro para familiares. "Meu filho de 2 anos iria começar a estudar neste ano na escola militar, mas precisei cancelar a matrícula porque não temos como arcar com os custos de uniforme e material escolar", lamenta. A filha mais velha, de 6, saiu do colégio onde estudava e foi para a rede pública de ensino.

A família, que mora em Mussurunga, não sabe como vai fechar as contas do mês. "Minha esposa trabalha em uma farmácia, mas só o salário dela não dá conta de arcar com tudo. O pior é nem saber se teve algum problema com o pedido de auxílio", diz Anderson. As tentativas de falar com o órgão não foram bem sucedidas.

"Eles me disseram que a análise demoraria 30 dias. Depois, que poder ia ser prorrogado para 60. Quando eu ligo, passo horas no telefone, e não recebo informação alguma", conta. A situação é ainda pior porque Anderson não deve ser liberado para voltar tão cedo ao trabalho. Tem mais uma cirurgia no olho marcada para o dia 13 de março.

É possível fazer a solicitação do benefício através no site ou aplicativo Meu **INSS**. O procedimento é realizado de maneira online. Mas o solicitante pode ser chamado para uma avaliação médica presencial. O benefício pode ser prorrogado. Para isso, é preciso fazer solicitação pela Central 135 ou pelo Meu **INSS**.

Em caso de demora, a Justiça pode ser acionada para garantir que o prazo seja cumprido, através de um mandado de segurança. A advogada trabalhista Juliana Costa conta que há casos em que as pessoas aguardam durante anos os benefícios.

"Os advogados podem solicitar que a perícia presencial seja realizada em até 48 horas ou o pagamento do benefício em caráter liminar"

Juliana Costa Pinto Advogada

"Eles me disseram que a análise demoraria 30 dias. Depois, que poderia ser prorrogado para 60. Passo horas no telefone, e não recebo informação. O pior é nem saber se teve algum problema com o pedido de auxílio"

Anderson Vagas Que aguarda na fila

**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# Trio é preso suspeito de vender dados sigilosos de órgãos públicos e autoridades na internet

**Por Afonso Ferreira, Maria Ferreira, Michele Mendes, TV Globo**

A Polícia Civil deflagrou, na manhã desta sexta-feira (21), uma operação contra um grupo suspeito de vender, por meio de um site, dados sigilosos de órgãos do governo e de pessoas como autoridades da cúpula dos Três Poderes e do Ministério Público.

Os agentes cumpriram, entre quinta-feira (20) e esta sexta, três mandados de prisão temporária no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

De acordo com a Polícia Civil, os administradores da plataforma ilegal foram presos em uma ilha privativa no litoral catarinense, onde mantinham um padrão de vida incompatível com a renda que declaravam.

Segundo as investigações, o site criado para vender ilegalmente as informações se chamava Max Buscas. Eram mais de 70 painéis de pesquisa com dados sigilosos de pessoas físicas, jurídicas e de órgãos governamentais.

A Polícia Civil deflagrou, na manhã desta sexta-feira (21), uma operação contra suspeitos de venderem, por meio de um site, dados sigilosos de órgãos do governo e de pessoas como autoridades da cúpula dos Três Poderes e do Ministério Público.

Os agentes cumpriram, entre quinta-feira (20) e esta sexta, três mandados de prisão temporária no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina. De acordo com a Polícia Civil, os administradores da plataforma ilegal foram presos em uma ilha privativa no litoral catarinense, onde mantinham um padrão de vida incompatível com a renda que declaravam.

As investigações apontam que cerca de 40 mil usuários pagaram em torno de R\$ 100 para ter acesso aos dados. Dessa forma, o valor aproximado recebido pelo grupo foi de R\$ 4 milhões.

Max Buscas

Segundo as investigações, o site criado para vender ilegalmente as informações se chamava Max Buscas

(veja foto no início da reportagem). Eram mais de 70 painéis de pesquisa com dados sigilosos de pessoas físicas, jurídicas e de órgãos governamentais.

A Polícia Civil aponta que os suspeitos tinham credenciais de servidores de vários órgãos, como **Receita Federal**, **INSS**, polícias civis e Detran de várias unidades da federação.

Além dos mandados de prisão, os agentes apreenderam equipamentos eletrônicos, documentos, veículos de luxo e aproximadamente R\$ 108 mil em espécie. A Justiça também determinou o bloqueio das contas bancárias dos investigados e o bloqueio do site.

Os investigados podem responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático, associação criminosa e lavagem de dinheiro. De acordo com a Polícia Civil, se somadas, as penas podem chegar a 17 anos de prisão.

LEIA TAMBÉM:

VÍDEO: incêndio destrói cerca de 30 casas de madeira e deixa famílias desabrigadas no DFPRESENTE DE ANIVERSÁRIO: família de cadeirante impedido de viajar de avião entra com liminar para que jovem viaje para o Recife

**Site:** <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/02/21/trio-e-preso-suspeito-de-vender-dados-sigilosos-de-orgaos-publicos-e-autoridades-na-internet.ghtml>

# Um padrão claro: o governo empurra o problema fiscal com a barriga

Quem vai no dicionário procurar sinônimos de "ludibriar" encontra uma vasta lista. O mais comum é "enganar". Fiquemos com a noção light de "engambelar", entendida como "induzir a engano, com o intuito de livrar-se de obrigação, promessa etc.". É o que o governo tem feito com o Orçamento.

Na média dos seis anos 2017/2022, o valor da despesa com benefícios previdenciários do **INSS** foi 0,2% inferior à previsão que constava no Orçamento. É normal, porque ninguém tem bola de cristal. Nesses seis anos, a realidade foi similar ao número previsto.

Já nos últimos dois anos, isso mudou (em 2023, mesmo desconsiderando a despesa extra com precatórios) e, em 2025, podemos ir pelo mesmo caminho.

No passado, na avaliação bimestral da despesa por parte das autoridades, o que se procurava fazer com a rubrica era incorporar os dados observados até a ocasião para tentar ficar o mais próximo possível do número anual, sem uma clara definição prévia acerca de se este seria maior ou menor que o previsto no final do ano anterior.

Nos últimos dois anos, não: a cada divulgação do relatório de acompanhamento das despesas, o valor da rubrica do **INSS** é maior que o da projeção feita dois meses antes. Em 2024, o Orçamento aprovado nos dizia que o **INSS** iria gastar R\$ 909 bilhões. A primeira revisão já apontou para uma despesa com a rubrica de R\$ 914 bilhões. E o número foi aumentando. No fim, a despesa foi R\$ 939 bilhões... Há um padrão.

Qual é a lógica disso? É que, dada a necessidade de cumprir com o objetivo fiscal "para fins do cumprimento da meta" - mesmo que o número associado à expressão venha a diferir do resultado divulgado pelo Banco Central - se a realidade fosse exposta nua e crua desde o começo do ano, o governo teria que fazer um contingenciamento brutal de despesas discricionárias, que criaria constrangimentos pelo achatamento das mesmas, mostrando a dificuldade de sustentação da regra fiscal - o "arcabouço" - dadas as demais regras que pressionam o gasto para cima.

Por isso, em 2024 a despesa discricionária no

Orçamento foi de R\$ 209 bilhões - e a final, de apenas R\$ 184 bilhões.

Assim, o governo "doura a pílula" do problema, enquanto espera, no decorrer do ano, que números positivos da receita o ajudem a cumprir a meta fiscal e a "empurrar o problema com a barriga" mais um ano.

Na situação atual, especificamente, a adoção de números mais realistas para a receita, por um lado, e para o **INSS**, por outro, ao longo do ano, vai estabelecendo a verdade em doses homeopáticas, levando a contingenciamentos graduais que, aos poucos, tendem a gerar uma compressão das discricionárias em relação ao valor orçado, num processo em que a verdade plena só é revelada em dezembro, sendo que sempre se pode torcer para que alguma receita extraordinária evite uma compressão maior.

Tudo isso é ruim, pois mascara a discussão de fundo que deveria se dar num debate orçamentário sério e que teria que se caracterizar por dois elementos: i) a necessidade de definir prioridades; e ii) a realização da despesa que consta no Orçamento.

Na prática, não se faz nem uma coisa nem outra, pois ao invés de arbitrar os conflitos, ninguém nega demanda alguma, põe-se tudo no Orçamento e depois, na sua execução, para um valor orçado de 100, no caso das despesas discricionárias, na hora da verdade, liberam-se apenas 80 ou 90 - tirando as emendas parlamentares, que estão blindadas.

Faria mais sentido expor a verdade crua e ter uma discussão adulta sobre prioridades. Entre outras coisas, para expor a contradição existente entre as regras específicas de gasto e a regra geral do "arcabouço", pela qual o gasto está, no limite, condicionado a crescer com um teto de 2,5%, quando as despesas vinculadas e a regra do salário mínimo empurram determinadas rubricas a crescer muito acima desse patamar, contribuindo para esmagar outras despesas.

Pelo que tudo indica, o script irá se repetir em 2025. A tática do "vai levando" é uma mania nacional...

Site: <https://oglobo.globo.com/economia/fabio-giambiagi/coluna/2025/02/um-padrao-claro-o-governo->

***empurra-o-problema-fiscal-com-a-barriga.ghtml***